

INFORMECIDADÃO

Jornal Semanal da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso - Ano 3 - Edição 95



Audiência pública discute retomada das obras das MTs 208 e 320



**Assembleia Legislativa
do Estado de Mato Grosso**

Mesa Diretora 2011/2014
(XVII Legislatura)

Romoaldo Júnior - (PMDB)
Presidente

Mauro Savi - (PR)
1º Secretário

Antonio Azambuja - (PP)
1º Vice-Presidente

Dilmar Dal'Bosco - (DEM)
2º Vice-Presidente

Luiz Marinho - (PTB)
2º Secretário

Airton Português - (PSD)
3º Secretário

Demais deputados
(XVII Legislatura)

Adalto de Freitas - (SDD)

Alexandre Cesar - (PT)

Baiano Filho - (PMDB)

Emanuel Pinheiro - (PR)

Ezequiel Fonseca - (PP)

Guilherme Maluf - (PSDB)

Hermínio J. Barreto - (PR)

José Riva - (PSD)

José Domingos Fraga - (PSD)

João Malheiros - (PR)

Luciane Bezerra - (PSB)

Ondanir Bortolini - Nininho - (PR)

Pedro Satélite - (PSD)

Sebastião Rezende - (PR)

Teté Bezerra - (PMDB)

Wagner Ramos - (PR)

Walter Rabello - (PSD)

Zeca Viana - (PDT)

Licenciado

Ademir Brunetto - (PT)

Secretarias da Assembleia Legislativa
de Mato Grosso

Luís Márcio Pommot
Secretaria Geral

Djalma Ermenegildo
Secretaria de Administração e
Patrimônio

Maurício Munhoz
Secretaria de Serviços Legislativos

José Evangelista dos Santos
Secretaria de Planejamento,
Orçamento e Finanças

Carlos Roberto Lourençon
Secretaria de Gestão de Pessoas

Anderson Flavio De Godoi
Procurador Geral

Fabio Monteiro
Ouvidor Geral

Osmar de Carvalho
Secretaria de Comunicação

Jornal Informe Cidadão

Márcia Andreola- (DRT 647/MT)
Coordenadora de Jornalismo

Álvaro Marinho - (MTb 6457/RS)
Editor

Fabício Rodrigues (DRT 446/MT)
Gerente de Fotografia

Andrey Romeu
Direção de Arte

Índia Nara
Diagramação

Editorial

Esta edição de Informe Cidadão traz como matéria de capa a audiência pública, em Carlinda, na semana passada, que discutiu a retomada das obras dnas MTs 208 e 320 na região norte de Mato Grosso. A MT 208 liga os municípios de Carlinda, Alta Floresta, Nova Monte Verde e Nova Bandeirantes, e a MT 320 liga toda a região norte à BR-163.

Segundo o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Romoaldo Júnior (PMDB), as rodovias são consideradas fundamentais por fazer a ligação entre 14 municípios. Ele lembrou que, em 2012, o Parlamento votou investimentos na ordem de R\$ 120 milhões do "Programa Pró-Investe" para recuperação da malha viária em todo Estado de Mato Grosso.

O informe semanal divulga também a interrupção tem-

porária, no Espaço Cidadania, da Assembleia Legislativa, de cinco a 22 de abril, dos serviços de emissão de Registro Geral (RG). A suspensão, de acordo com a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp), por meio da Perícia Oficial e Identificação Técnica (Politec), é para a implantação do novo sistema de identificação civil e à migração de dados para o novo Sistema Oracle.

Além de atividades desenvolvidas pelos deputados, Informe Cidadão traz ainda a aprovação das mensagens do Poder Executivo que tratam sobre o realinhamento salarial de servidores públicos do Estado. De acordo com a legislação eleitoral, o prazo para qualquer aprovação dessa natureza terminou dia seis de abril, em detrimento as eleições deste ano.

Foto da Semana

Foto - Fablício Rodrigues



Pantanal Mato-Grossense

Maluf faz leitura de relatório final da CPI da Telefonia Móvel



Foto - Demóstenes Milhomem

Thiara Raquel Prado

O relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga a qualidade dos serviços prestados pelas operadoras de telefonia móvel em Mato Grosso foi apresentado, na semana passada, pelo relator, deputado Guilherme Maluf (PSDB). O documento, que contém mais de mil páginas, constatou a real falta de investimentos no setor, má qualidade no fornecimento dos serviços e também a urgente necessidade no marco regulatório. Outro ponto presente no texto do relatório é quanto ao não cumprimento do papel regulador e fiscalizador por parte da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Guilherme Maluf explicou que a situação das operadoras é respaldada pelos indicadores técnicos estabelecidos pela Anatel, o que não condiz com a realidade apurada pela CPI. “Um exemplo é a utilização da dificuldade das

operadoras com a implantação de antenas que alegam a demora na liberação da licença ambiental”. A grande carga de reclamações no órgão de defesa do consumidor (Procon), de mais de 37 mil ações ajuizadas na justiça estadual também consta no relatório. As empresas apresentaram faturamento crescente e de forma constante, mas, em contrapartida, não houve investimentos.

O deputado Wagner Ramos (PR) questionou sobre uma possível inclusão no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), que faz parte do relatório final da CPI, de dados referentes às dívidas fiscais das empresas de telefonia. “O estado deixou de recolher duzentos e quatorze milhões de reais de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços)”, argumentou Wagner.

O presidente da CPI, deputado Ondanir Bortolini – Nininho (PR), esclareceu que a cobrança é válida, mas não para acrescentar no TAC,

uma vez que a proposta do termo é de melhorar a prestação dos serviços e, não a cobrança de impostos. “Após o término da CPI, vamos continuar acompanhando, através das comissões permanentes da Casa, o andamento dessas questões fiscais”, ressaltou o presidente. Ele comunicou ainda que a CPI vai propor um projeto de lei que exclui da legislação de incentivos a compensação de carta de crédito/precatório nas taxas de energia elétrica e telefonia fixa e móvel.

Ao todo foram realizadas sete reuniões ordinárias, quatro reuniões técnicas e visita em 12 municípios onde foram colhidas sugestões, reclamações e denúncias que subsidiaram a formulação do relatório final. Uma cópia do TAC será encaminhada aos parceiros (Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Mato Grosso - OAB, Ministério Público Estadual, Procon e Defensoria Pública). O TAC foi assinado pelas operadoras de telefonia.

Brunetto quer vacina contra HPV para doadoras de sangue



Foto - Widson Maradona

Débora Lemos

O deputado Ademir Brunetto (PT) indicou à Mesa Diretora da Assembleia Legislativa que encaminhe ao Ministério da Saúde a proposta de ampliação da vacina contra o HPV - Papilomavírus Humano para todas as mulheres doadoras de sangue. A medida é para que, independente da idade, tenham acesso à imunização com objetivo de prevenir o câncer de colo do útero.

A vacina contra HPV, distribuída pelo Sistema Único de Saúde (SUS) é a quadrivalente, que previne contra quatro tipos de HPV (Seis, 11, 16 e 18). Dois deles (16 e 18) respondem por 70% dos casos de câncer de colo de útero, responsável, atualmente, por 95% dos casos de câncer no país. É o segundo tipo de tumor que mais atinge as mulheres, atrás apenas do câncer de mama.

O HPV é capaz de infectar a pele, ou as mucosas, e possui mais de 100 tipos. Do total, pelo menos 13 têm potencial para causar câncer.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), 291 milhões de mulheres no mundo são portadoras do HPV, sendo que 32% estão infectadas pelos tipos 16, 18, ou ambos. No Brasil, a cada ano 685, 4 mil pessoas são infectadas por algum tipo do vírus.

A vacina é ministrada em três doses para que a pessoa fique imunizada contra o HPV. Após a primeira dose, a segunda deverá acontecer em dois meses e a terceira em seis.

O deputado enfatizou que é possível que pacientes de qualquer idade sejam imunizadas apenas levando um pedido do médico em laboratórios da rede privada. Contudo, a vacina não chega àquelas com menor poder aquisitivo.

Como o governo federal diz que isso vai acontecer de forma gradativa, a solução que o deputado encontrou para a ampliação é que seja estendida para as doadoras de sangue de forma que a imunização atenda todas as idades independente de sua classe social.

“Essa medida é extremamente relevante,

pois permite, independente da idade, a oportunidade de se prevenir contra o segundo tipo de câncer que mais acomete às mulheres”, destaca o deputado.

Outro motivo pelo qual o parlamentar pediu esse acréscimo das vacinas, é justamente por acreditar que com essa medida a doação de sangue seja estimulada, o que iria contribuir inclusive com o banco de sangue do Estado.

O câncer do colo do útero é uma das principais causas de morte em mulheres. De acordo com a OMS, o Brasil tem aproximadamente 69 milhões de mulheres com 15 anos de idade, ou mais, com risco de desenvolver a doença. O aumento alarmante de novos casos de câncer de colo de útero e ao mesmo tempo o alto índice de mortes em decorrência da enfermidade fez o parlamentar solicitar o encaminhamento da indicação.

Segundo dados do Inca (Instituto Nacional do Câncer), no ano passado, 17.540 novos casos de câncer do colo do útero a cada 100 mil mulheres e mais de 4.800 mortes em decorrência da enfermidade. Um dos principais motivos para essa alta incidência é o aumento no número de mulheres vítimas do HPV (papiloma vírus humano), que é relacionado com praticamente 100% dos casos da doença.

“Acho que a medida iria contribuir para o decréscimo dos números crescente de casos de infecção por HPV. Ampliar o acesso à prevenção da infecção pelo vírus é fundamental para impedir novos casos”, enfatizou o deputado em seu discurso.

Estudos recentes demonstram que, além de 100% de eficácia contra alguns tipos de HPVs, a vacina oferece proteção adicional, específica, contra infecções persistentes causadas por outros tipos de HPV, que são os mais comuns do vírus causadores de câncer do colo do útero no mundo.

Romoaldo pede redução de imposto sobre medicamentos



Foto - Widson Maradona

Itimara Figueiredo

O Governo do Estado deverá reduzir para 12% os impostos incidentes sobre fármacos, medicamentos, drogas, soros e vacinas. A proposta foi aprovada pela Assembleia Legislativa, na semana passada, e encaminhada para a Casa Civil, Secretaria de Fazenda (Sefaz) e Secretaria Estadual de Saúde (SES). Sob o número 245, de 2014, essa indicação também inclui produtos veterinários e cápsulas vazias para medicamentos manipulados.

O deputado Romoaldo Júnior, presidente do parlamento estadual, e autor da proposta, defende a medida como alternativa viável para tornar os medicamentos mais acessíveis. Também destaca a campanha das Associações Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias (Abrafarma) e da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma) pela desoneração desses produtos essenciais.

O presidente Romoaldo explica que a carga tributária sobre esses medicamentos no

Brasil é de 34%. Em Mato Grosso, a alíquota cobrada é de 15%, conforme Decreto 392, de 30 de maio de 2011. E destaca que no Paraná a proposta já em vigor.

A área da saúde tem sido prioridade na atuação do parlamentar. Ambulâncias, aparelhos de Raio X, construção de posto de atendimento básico de saúde, centros de hemodiálise e cirúrgico, implantação de clínica pública para o tratamento de jovens com dependência de álcool e drogas são propostas já solicitadas.

Marinho propõe agendamento de consultas e medicamentos para deficiente e idoso



Foto - Mauricio Barbant

O projeto de lei do deputado Luiz Marinho (PTB) dispõe sobre o programa de agendamento de consultas e entrega domiciliar de medicamentos de uso contínuo às pessoas com deficiência e idosos em Mato Grosso. A intenção é assegurar a pessoa com dificuldade de locomoção e idosos o recebimento gratuito, na residência de uso contínuo. A atribuição ficará por conta das secretarias municipais de saúde, através do Programa Saúde da Família.

“Queremos assegurar a sociedade um aten-

dimento mais confortável e sem espera, promovendo uma ação que contemple mudança de atitudes e de comportamento no atendimento de saúde, reduzindo esse quadro de vulnerabilidade da população para melhorar a qualidade de vida desses cidadãos”, explica o deputado. Com a aprovação do projeto é possível resolver outro grande problema que acontece, principalmente, com os medicamentos de alto custo que pode ser verificado com o acúmulo de medicamentos vencidos, especialmente pela dificuldade que os usuários

encontram para se locomover atrás desses remédios.

A saúde e a assistência social são direitos assegurados na Carta Magna. A Constituição Federal é categórica ao afirmar, no artigo 196, que a saúde é direito de todos e principalmente do Estado, garantidos mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos, com acesso universal e igualitário as ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação.

Nos municípios brasileiros há mais de 300 mil agentes comunitários de saúde trabalhando na atenção básica, os quais têm por função, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), fazer a interlocução entre a comunidade e o serviço de saúde, visitando cada domicílio, a fim de orientar as famílias a cuidarem da própria saúde, contribuindo decisivamente para a melhoria da qualidade de vida do nosso povo.

Encaminhamento – Situações simples do dia a dia podem se tornar um tormento para as pessoas idosas e com dificuldades de locomoção, sendo, portanto, importante a implementação dessa proposta para a garantia da saúde das mesmas, em especial para evitar que fiquem privados do direito essencial a saúde, resguardando dessa forma a dignidade como seres humanos.

Nos consultórios particulares, ou de planos de saúde, as consultas são marcadas por telefone e assim deveria ser feito também para o atendimento nas Unidades Básicas de Saúde (UBS). O agendamento que se propõe deverá ser realizado na própria unidade de saúde que o paciente tem o cadastro, podendo então marcar por telefone as próximas consultas, indicando a carteira de identidade, ou cartão do SUS, para fins do atendimento sem a espera.

Ezequiel e Lafetá se reúnem com profissionais de saúde da região oeste

Adrielle Piovezan

O deputado Ezequiel Fonseca (PP) e o secretário estadual de Saúde (SES), Jorge Lafetá, visitaram as novas instalações do Hospital Vale do Guaporé (Santa Casa), no município de Pontes e Lacerda. O novo prédio da unidade foi cedido pela prefeitura municipal e reformado com recursos da sociedade civil organizada. Ao secretário foram solicitados mais investimentos em alguns setores do hospital que ainda precisam de reforma, e outra parte da instituição foi revitalizada com recursos da prefeitura com contrapartida do comércio local e Rotary Club. O hospital recebe pacientes de nove municípios da região oeste de Mato Grosso.

O deputado e o secretário se reuniram com os médicos da instituição. Os profissionais reivindicaram assiduidade do pagamento do contrato e revisão do recurso repassado. Lafetá fez um compromisso de pedir aos técnicos do órgão um estudo sobre os valores para revisão.

Ezequiel Fonseca também viabilizou uma reunião com os secretários municipais de Saúde do Escritório Regional. Dentre as solicitações estão à revisão da programação pactuada integrada da assistência para realocação de recursos, fortalecimento da atenção básica para que seja resolutivo e qualificação dos profissionais.

Registro – Ao final do encontro, o seguimento da Associação de Amigos Vale do Guaporé apresentaram ao secretário um vídeo com as novas estruturas do hospital e de que forma a comunidade e a prefeitura trabalham pela melhoria da unidade hospitalar. Os representantes pediram maior atenção do Executivo estadual com a saúde pública da região.

Defensor da saúde, Ezequiel enfatizou a importância da ampliação de ações efetivas por parte do Governo do Estado. Também participaram da visita, o deputado Antônio Azambuja (PP), prefeito de Pontes e Lacerda, Donizete Barbosa, secretários municipais, profissionais da saúde e lideranças locais.



Autoridades discutem legislação para proteção do Bioma do Pantanal



Foto - Vilson de Jesus

Itimara Figueiredo

A Assembleia Legislativa foi palco das discussões sobre a criação de uma legislação específica para proteger o Bioma do Pantanal. O evento reuniu autoridades e especialistas na área, numa realização da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, presidida pelo senador Blairo Maggi (PR), que foi representado pelo suplente Cidinho dos Santos (PR).

Representando a Casa de Leis, o deputado Emanuel Pinheiro (PR) destacou a importância da união de forças para a formatação de uma lei eficiente, que concilie a proteção do meio ambiente de forma sustentável, com respeito ao homem pantaneiro. “A Assembleia Legisla-

tiva apoia essa discussão e quer contribuir com a aprovação de uma lei adequada à proteção do Bioma do Pantanal. Precisamos equacionar o progresso, valorizando as pessoas e as atividades que por séculos foram realizadas nessa região. Também entendemos que é inadmissível que a Área de Preservação Permanente (APP) do Pantanal seja tratada como a do Cerrado. Temos que promover amplo debate com todos os segmentos”, disse Pinheiro.

A palestrante Cátia Nunes da Cunha, pesquisadora Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e do Centro de Pesquisa do Pantanal, observou que o evento foi uma oportunidade almejada por todos e deverá ser o marco regulatório para a região. Disse que faltam diretrizes para acabar com a situação agonizante do

Pantanal. Citou as bases legais para o aperfeiçoamento da lei, observando a identidade do Pantanal, que depende da inundação e vazante, diferindo da área de Cerrado, e a administração do uso do Pantanal. Uma lei federal para o Pantanal, segundo a pesquisadora, deve ser inovadora e baseada nos conceitos ecológicos. Ela anunciou que está previsto para o mês de agosto o 2º Congresso de Áreas Úmidas.

Cristovão Afonso da Silva, médico veterinário e diretor da Associação Brasileira de Criadores de Cavalos Pantaneiros, foi taxativo ao lembrar que a população pantaneira é a responsável pela preservação do Pantanal, porém não é reconhecida. “O homem pantaneiro deveria receber as honras pelos cuidados que têm com esse bioma. Vamos reivindicar nossos direitos.

É possível melhorar a pecuária, sem agredir o meio ambiente. Precisamos que a lei seja específica para a região. Essa lei (750, de 2011) deve receber várias emendas”, alertou. Solicitou a participação de especialistas pantaneiros na formatação da nova legislação.

A preocupação com a fronteira também foi abordada, com a participação de caravanas de Cáceres e Poconé. A retirada da pauta da paralisação da pesca por cinco anos foi comemorada. Já a construção de usinas hidroelétricas nos rios que formam o Pantanal, como o Rio Jauru, e a falta de investimentos para tratamento de esgoto que prejudicam a qualidade da água que chega ao Pantanal foram questionados. Assim, como o uso de agrotóxicos que acabam atingindo a bacia pantaneira.

A pesquisadora da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Pantanal e da UFMT, Débora Calheiros, chamou a atenção para as ações que prejudicam o bioma. Citou o desmatamento da parte alta, a hidrovía Paraguai-Paraná e, principalmente, as hidroelétricas. São 44 em operação. Segunda ela, a Bacia do Alto Paraguai já produz energia suficiente para o Estado. Contudo, o objetivo é chegar a 135. Fato que vai alterar significativamente o Bioma Pantanal. Todos os rios formadores do Pantanal estão sendo impactados. “Se a proposta do senador é a de proteger o Pantanal

e o homem pantaneiro, temos que contribuir”.

“Somos solidários para que essa lei venha beneficiar o homem pantaneiro. Pois, cinquenta e oito por cento de Cáceres fazem parte desse bioma”, destacou o prefeito Francis Maris Cruz. Ao ler o discurso, o secretário de Estado de Meio Ambiente (Sema), José Lacerda Filho, descreveu a região e a importância.

Objetivo – O senador Cidinho dos Santos explicou que a intenção do Senado Federal é a de ouvir prefeitos, entidades para saber quais são as alternativas para garantir a política de gestão ideal para a preservação do Pantanal. “Como preservar o Pantanal sem engessar o desenvolvimento de Mato Grosso?”, questionou.

O ambientalista Roberto Klabim disse que o Brasil tem déficit de governança. Afirmou que o primeiro passo é o compromisso de preservar o Pantanal. “Hoje completa cinquenta anos da ditadura de 1964. Isso nos mostra que modelos autoritários não funcionam. Se fala muito em sustentabilidade, mas se pratica menos que o ideal. Espero que seja criado um modelo de proteção que capaz de deixar um legado importante para as gerações futuras”.

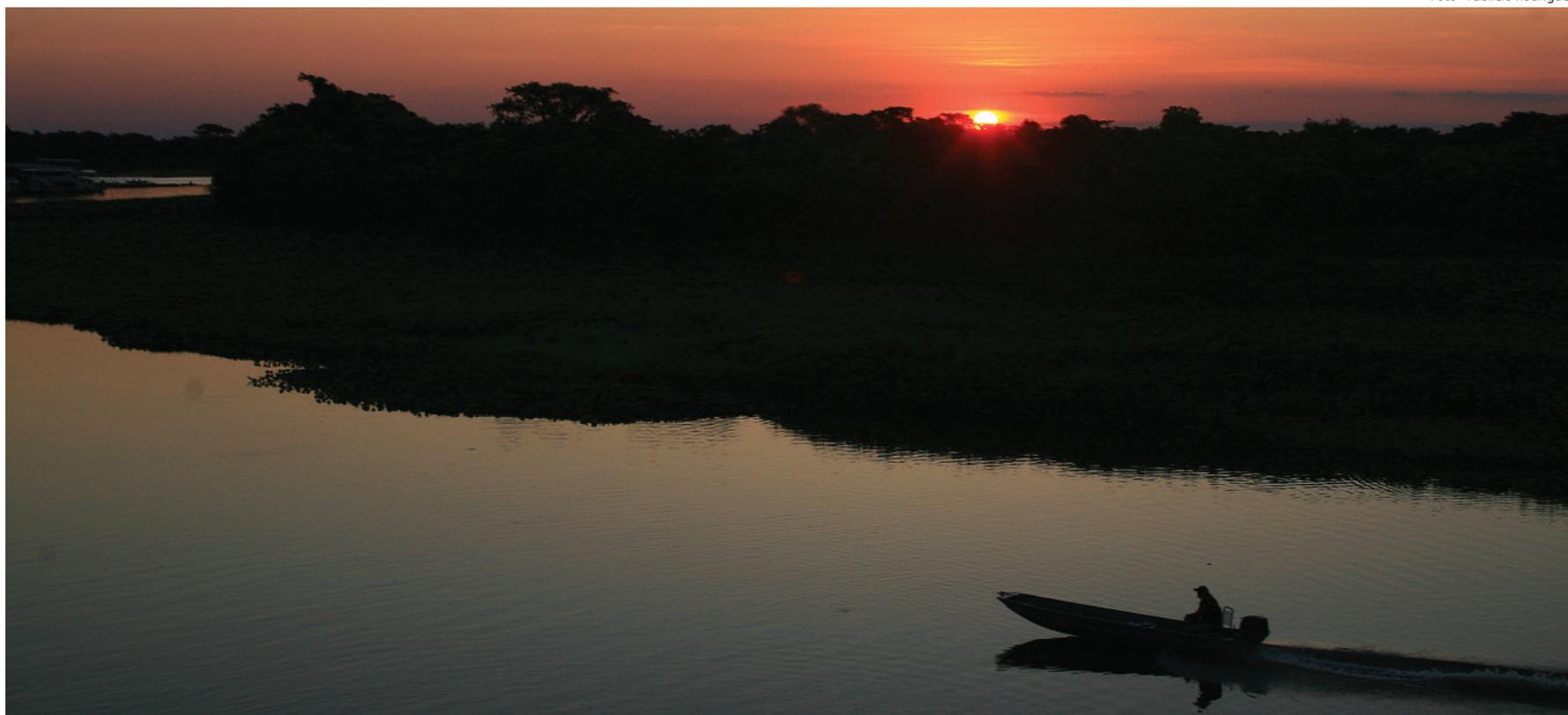
O evento foi conduzido pelo senador Jayme Campos (DEM) e contou com as presenças dos deputados federais Julio Campos (DEM) e Valtenir Pereira (Pros), o presidente da Federação

da Agricultura de Mato Grosso (Famato), Rui Prado, e dos deputados Wagner Ramos (PR) e Airton Português (PSD), dentre outras autoridades.

O coordenador do Centro de Pesquisas do Pantanal (CPP), Paulo Teixeira, ressaltou que o Pantanal está fortemente ameaçado, apesar de relativamente preservado. Para ele, a lei é importante e vem em bom momento, mas precisa ser bem elaborada. Já está em prática um projeto do CPP para a criação de uma rede de municípios para atuar em conjunto com foco na preservação. Essa experiência obteve êxito na Argentina. “A lei precisa ser bem definida; normatizar a delimitação da área; propor o corpo d’água; abranger a moratória da pesca, com foco na qualidade da água, e riscos da construção de hidroelétricas.

Para o presidente da Associação de Criadores de Mato Grosso (Acrimat), José João Bernardes, a atividade pecuária é extremamente relevante para o Pantanal. “O debate reúne o interesse de diversos grupos e não pode ser simplificado. A preocupação dos ribeirinhos é válida e deve ser tratada com exclusividade. Não adianta discutir os reflexos da pesca, antes de segmentar os interesses e aprofundar sobre a pecuária e outras atividades nesse bioma”. Ele garante que a nova lei deverá ser ajustada ao Código Florestal.

Foto - Fablício Rodrigues



Viana prevê empréstimo condicionado à aprovação do cadastro



Foto - Widson Maradona

Soraia Ferreira

Tramita na Assembleia Legislativa de Mato Grosso projeto de lei que visa dar autorização ao Governo do Estado a fazer empréstimo na ordem de R\$ 491 milhões para financiamento da contrapartida do programa Minha Casa Minha Vida Urbano e Rural (PMCV e PNHR).

Trata-se do Projeto de Lei 485, de 2013, cujo teor parcial dá conta de que do montante total R\$ 91 milhões serão aplicados na contrapartida à construção de 20 mil casas pelo PNHR. Isto é, casas localizadas na zona rural. Preocupado com mais uma dívida que a atual administração estadual pretende contrair, e com o risco de desperdício de dinheiro público, o deputado Zeca Viana (PDT) apresentou emenda aditiva ao projeto de empréstimo do Governo do

Estado.

Versa a emenda aditiva de Zeca Viana, em parágrafo único, que “a liberação dos recursos ficará condicionada à aprovação do cadastro dos mutuários inscritos no PNHR”. Isto significa que caso a emenda de Zeca Viana seja aprovada o Governo do Estado somente poderá pegar o dinheiro junto às operadoras de crédito com a comprovação da demanda e sob a garantia de que o mutuário realmente será beneficiado com a casa.

“O programa de habitação é de suma importância, contudo, o governo do estado não pode mais pegar dinheiro e jogar na Conta Única. Temos exemplos de que recursos específicos estão sofrendo desvio, como aconteceu com os do Fethab (Fundo Estadual de Transporte e Habitação)”, afirma Viana. Para o

parlamentar, o condicionamento da liberação dos recursos é a única maneira de garantia que “o dinheiro realmente será usado para cumprir sua finalidade”.

Projeto de Lei 485/2013 – Oriundo da Mensagem do Poder Executivo 103, de 2014, o projeto de lei visa colocar à disposição 81,5 mil unidades habitacionais, sendo as 20 mil na zona rural e 61,5 mil casas na zona urbana. O dinheiro solicitado no projeto seria para subsidiar a contrapartida que o Estado que é de 10% do valor de cada casa na zona urbana. Já para as famílias que moram no campo, o Governo dá a contrapartida de 15,79%. O projeto prevê que o empréstimo será feito junto ao Banco do Brasil no valor de R\$ 110,3 milhões e a Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 381,1 milhões.

Mensagens de realinhamento salarial de servidores são aprovadas



Foto - Ronaldo Mazza

Márcia Martins
Thiara Raquel Prado

Com o objetivo de aprovar mensagens do Poder Executivo que visam o realinhamento salarial de servidores públicos do Estado, deputados realizaram sessão plenária extraordinária na semana passada. Conforme a legislação eleitoral, o prazo para qualquer aprovação dessa natureza termina dia seis de abril, em detrimento as eleições deste ano. As mensagens são a de nº 31, de 2014, que fixa o subsídio da carreira dos profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS) de Mato Grosso e dá outras provi-

dências e a 30, de 2011, que fixa o subsídio dos servidores da Educação Básica e o vencimento dos especialistas em Educação e dá outras providências. A votação foi acompanhada com ansiedade pelas categorias, que lotaram as galerias do Plenário Renê Barbours.

O deputado Walter Rabello (PSD) destacou "que já passou da hora do governo rever o reajuste salarial de todas as categorias de servidores do estado, como as do sistema socio-educativo, dos agentes fazendários, da Saúde e da Educação".

Antonio Azambuja (PP) destacou que a saúde é um setor que não sofreu nenhum reajuste

salarial durante este ano. Embora a mensagem não contemple todos os anseios da categoria dos profissionais de saúde, houve entendimento entre os deputados pela aprovação.

Ezequiel Fonseca (PP) elogiou a união da classe educacional na reivindicação dos anseios, marcando presença no Plenário, acompanhando a votação dos deputados. "Fiquei satisfeito em ver a luta dos professores. É isso mesmo que tem que se fazer. Lutem por seus direitos. Sem educação o país não vai para frente", disse Fonseca, durante a aprovação da matéria.

Savi cobra medidas mais enérgicas quanto ao abandono de animais



Foto - Mario Friedlander

Joelma Pontes

Uma indicação recentemente encaminhada pelo primeiro-secretário da Assembleia Legislativa, deputado Mauro Savi (PR), às secretarias de Estado de Meio Ambiente (Sema) e de Saúde (SES), sugere que placas informativas e educativas contra o abandono de animais em áreas públicas sejam afixadas nas cidades, com o objetivo de reduzir o número de animais abandonados em parques, praças, universidades e vias públicas e outros locais.

Savi alega que grande parte da população não detém o conhecimento de que o abandono e os maus-tratos aos animais é crime, conforme a Lei 9605/98 (dos crimes ambientais), e que essa divulgação seria de fundamental importância. “O abandono de animais, em especial os animais domésticos, como cães e gatos, é um problema que afeta cada vez mais

os centros urbanos. É uma prática cruel, desumana, criminosa e que ainda gera problemas socioambientais graves, como desequilíbrio ecológico e transmissão de doenças”, alertou o deputado.

Mauro Savi defende que a proposta é conscientizar as pessoas de que abandonar não é a melhor solução e ainda incentivá-las a denunciar, caso presenciem algum tipo de maus-tratos aos animais. “Não podemos nos esquecer de que o animal abandonado fica condenado a uma vida indigna, compete por espaço e alimento com a fauna silvestre, ficam expostos a doenças que, inclusive, podem ser transmitidas aos humanos, se reproduzem descontroladamente e podem se tornar agressivos, sendo um perigo para os frequentadores desses lugares”, ressaltou o parlamentar.

Convém lembrar que a pena para esse tipo de crime é de 15 dias a seis meses de reclusão e

multa. Lembrando que qualquer cidadão que testemunhar o abandono pode fazer a denúncia na delegacia de polícia mais próxima, cabendo a essa registrar o fato através do Termo Circunstanciado. Para que a denúncia possa ser feita é preciso fornecer os dados do infrator e o endereço residencial ou comercial. Em caso de atropelamento, ou flagrante de abandono, é importante anotar a placa do veículo, horário e local.

Em casos em que a pessoa, com medo de represálias, por talvez conhecer o infrator, não queira se identificar, a Promotoria de Justiça, aceita denúncias anônimas, mas, para isso, o comunicante deve protocolar uma representação, apresentando o relato formal dos fatos ao promotor público de Justiça que, ao tomar conhecimento dos fatos, poderá requisitar diretamente à investigação policial.

Azambuja incentiva atividade leiteira no interior de MT

Vânia Costa

Com o intuito de incentivar a atividade leiteira no Estado de Mato Grosso, o vice-presidente da Assembleia Legislativa, deputado Antonio Azambuja (PP), solicitou à Secretaria de Estado de Cultura (SEC) e ao secretário de Estado de Desenvolvimento do Turismo (Sedtur), Jairo Pradela, recursos financeiros para a realização do XII Torneio Leiteiro do município de Castanheira (779 km a noroeste do Estado).

“O objetivo é estimular e fortalecer a cadeia de leite em Castanheira, que assume cada vez mais papel relevante como mecanismo de fonte de renda familiar”, explica. O vice-presidente ressalta que o torneio já faz parte do calendário de festas do município e já se tornou um importante instrumento de desenvolvimento social e econômico para a cidade e produtores rurais da região. O torneio visa identificar animais com potencial produtivo e permite ampliar a base leiteira e ainda divulgar novas tecnologias aos participantes.

Azambuja esclarece que os animais com maior potencial e produção de leite são classificados, recebem troféus e certificados. Ainda de acordo com o deputado, como incentivo as premiações atendem as necessidades dos produtores, como resfriador de leite, kits de inseminação e ordenhadeira mecânica.

O torneio é uma oportunidade para troca de experiências e um momento onde os participantes podem tirar suas dúvidas, a fim de melhorar o potencial genético do gado. Os recursos serão empregados na estrutura do evento: 20 tendas 5x5; duas tendas 10x10; 40 metros de arquibancadas móveis; 160 metros de painéis para curral; filmagens, divulgação, sonorização e iluminação dos sete dias de evento e bandas.

Conforme Azambuja, o Governo do Estado deveria colocar em prática programas que te-



Foto - Widson Maradona

tenham a finalidade de desenvolver o setor leiteiro, realizar visitas técnicas, cursos de capacitação, palestras e dias de campo. Desenvolver ainda atividades leiteiras nas propriedades, aplicar metas, e comprometer-se a acompa-

nhar as qualificações. Assim, incentivaria os agricultores e o setor leiteiro gerando emprego e renda. O XII Torneio Leiteiro do município de Castanheira será realizado entre os dias 24 e 27 de abril de 2014.

Pinheiro destaca importância do Pantanal para a economia do Estado



Foto - Widson Maradona

Thiago Itacaramby

O deputado Emanuel Pinheiro (PR) destacou a importância da preservação do Bioma Pantanal em audiência pública, na semana passada, na Assembleia Legislativa. O ciclo de debates teve por objetivo discutir “Política de Gestão e Proteção do Pantanal”.

O evento foi uma realização em conjunto pela Casa de Leis e o Senado Federal, por intermédio da Comissão de Meio Ambiente. O deputado defendeu o amplo debate com todas as forças que vivem e representam a região pantaneira. “O debate é muito democrático e é essa intenção que todas as forças sejam ouvidas a fim de promover uma ampla discussão

com todo os segmentos que lidam com o Pantanal”, disse o parlamentar, representando a Assembleia Legislativa.

“O Pantanal por muito tempo sustentou a economia de Mato Grosso em meados do século passado. A região foi de suma importância para o desenvolvimento do estado, e, por fim, no auge dos anos 70, a força do gado pantaneiro promoveu certo equilíbrio econômico nas contas do estado”, destacou.

Conforme o parlamentar, o ciclo de debates foi condizente com as políticas públicas preconizadas pelo desenvolvimento sustentável. “É preciso equacionar o processo de desenvolvimento e exploração econômica da região, valorizando as pessoas e as atividades que por

séculos estiveram naquele ambiente. Nenhuma mudança, ou transformação, será possível sem ouvir a população ribeirinha”, comentou.

Projeto – O ponto forte da discussão é o Projeto de Lei do Senado 750, de 2011, que dispõe sobre a Política de Gestão e Proteção do Bioma Pantanal. O projeto visa regulamentar o artigo 225 da Constituição Federal, que define biomas como patrimônios nacionais que devem ser regidos por uma lei específica. A justificativa do senador Blairo Maggi (PR), autor da proposta, é proteger o solo, a fauna e flora da bacia hidrográfica do Pantanal, além de garantir o bem-estar das populações pantaneiras.

Rabello prevê substituição de papel para emissão de comprovantes

Verônica Rakel

O deputado Walter Rabello (PSD) é autor do Projeto de Lei 77, de 2014, que proíbe a emissão de comprovantes em papéis termossensíveis. A proibição abrange os estabelecimentos comerciais e as instituições financeiras e aplica-se apenas aos recibos, notas fiscais, comprovantes de horários, senhas e outros documentos que necessitem da guarda do consumidor.

De acordo com o parlamentar, os documentos que registram datas importantes, como os de compras, necessários para contagem de prazo de garantia, devem ser legíveis e durarem por mais tempo, o que não acontece com o papel termossensível, usado em larga escala

por estabelecimentos em todo o Estado, especialmente em bancos.

“Não se pode permitir que o consumidor tenha o direito prejudicado pelo uso de papel que simplesmente se apaga com a exposição à luz, ou passar do tempo, sabendo que tais comprovantes, em regra, devem ser guardados por um período não inferior a cinco anos, visto ser esse prazo geral para prescrição”, explica Rabello.

O órgão estadual de defesa do consumidor, o Procon, será o responsável pela fiscalização e cumprimento da lei. O descumprimento sujeita o infrator às penalidades previstas no Art.56, I, da Lei Federal 8.078, de 11 de setembro de 1990.



Foto - Ronaldo Mazza

Emissão de Registro Geral na AL está suspensa

Elzis Carvalho

O Espaço Cidadania da Assembleia Legislativa – João Paulo II – interrompeu temporariamente, de cinco a 22 de abril, os serviços de

emissão de Registro Geral (RG). A informação é da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp), por meio da Perícia Oficial e Identificação Técnica (Politec).

A suspensão, de acordo com a Sejusp, é para

Foto - Fablício Rodrigues

a implantação do novo sistema de identificação civil e à migração de dados para o novo Sistema Oracle. Mas, durante esse período, o Espaço Cidadania fará o atendimento de entrega das RGs prontas e para atender a solicitação de atestado de bons antecedentes. Mesmo com a suspensão das emissões do RG, o Espaço Cidadania fará o atendimento normal à sociedade para outros serviços.

No dia a dia são feitos 600 atendimentos a diversos serviços, como, por exemplo, a confecção de Carteira de Trabalho. A procura para emissão de Registro Geral é de 80 a 120 pedidos diários. De acordo com o Ouvidor Geral da Assembleia Legislativa, Fábio Monteiro, a paralisação é fundamental para melhorar a prestação de serviços à sociedade.

“Hoje, a maior procura é pela emissão do RG, e com o novo sistema o período de entrega de uma Carteira de Identidade será de sete dias úteis, quando atualmente é de quinze dias”, explicou Monteiro.



Governo garante retomada das obras nas MTs 208 e 320



Foto - Fablicio Rodrigues

Thiara Raquel Prado

A retomada das obras nas MTs 208 e 320, na região norte do Estado, foi tema de audiência pública realizada, na quinta-feira da sema-

na passada, em Carlinda, distante 724 Km de Cuiabá. Requerida pelo presidente da Assembleia Legislativa, deputado Romoaldo Junior (PMDB), o evento reuniu lideranças políticas, produtores rurais e sociedade civil organizada.

Em maio de 2013, o Governo do Estado lançou a obra de recuperação de alguns trechos das rodovias - orçados em R\$ 41 milhões. Porém, devido às constantes chuvas, a obra não pode ser concluída.

Segundo Romoaldo, as rodovias são consideradas fundamentais por fazer a ligação entre 14 municípios. Ele lembrou que, em 2012, a Assembleia Legislativa votou investimentos na ordem de R\$ 120 milhões do "Programa Pró-Investe" para recuperação da malha viária em todo Estado de Mato Grosso.

"Nossa intenção é concluir as obras até o final do mandato do governador Silval Barbosa (PMDB). Isso vai resultar em geração de mais economia para a região bem como mais segurança na trafegabilidade, uma vez que o fluxo de veículos tem aumentado graças a implantação de novas usinas hidrelétricas, e também ao desenvolvimento da bacia leiteira e o cultivo, mesmo que tímido, de grãos".

Com economia baseada, atualmente, na pro-

Foto - Fablicio Rodrigues





Foto - Fabrício Rodrigues

dução leiteira, ao todo são quatro resfriadores de leite e 110 litros produzidos diariamente, somente em um dos assentamentos. Apesar da expressiva produção, a dificuldade é quanto ao transporte da produção devido à precariedade das estradas.

“Nossa produção é transportada para um laticínio em Canaã do Norte, com as péssimas condições das estradas também tem acarretado o aumento do frete e também o tempo da viagem é maior, com a via recuperada conseguimos fazer em menos tempo e sem riscos de perda da produção”, explicou o produtor e responsável pelo resfriador do assentamento Pinheiro Velho, Osvaldir Pereira Paixão.

Entre o “zigue-zague” para desviar dos buracos os condutores colocam em risco as próprias vidas e sofrem danos nos veículos, como é o caso do caminhoneiro José Augusto Machado. “Passo constantemente pela MT-320 transportando mercadorias e sempre ocorre

prejuízo com o veículo, seja a perda de pneus, defeitos na suspensão e sem falar do atraso da viagem. Uma viagem que eu poderia fazer em um dia com essas estradas nessa situação faço em dois”, reclamou.

“A região é bastante próspera e com a conclusão das obras vai melhorar consideravelmente o escoamento da produção de todo norte, podendo exportar até mesmo para o sul de Manaus”, comentou o vereador José Claudio Souza Franco (PSD).

Executivo – Representante da Secretaria de Transporte e Pavimentação Urbana (Setpu), Jorge Luiz Moura Mattos, anunciou que no início do mês de maio serão iniciadas as obras nas MTs 208 e 320. Jorge confirmou que a paralisação das obras, lançadas no ano passado, foi por conta das chuvas, além da umidade excessiva e o intenso fluxo de veículos pesados que prejudicou os trechos que já estavam em recuperação. Jorge informou ainda o andamento

das obras que compreendem os trechos de Santa Helena a Nova Canaã; 40% das obras foram realizadas, no trecho de Nova Canaã a Alta Floresta, o andamento está em 50%.

Em relação a qualidade do asfalto, será reforçado com cimento para garantir a durabilidade através do Tratamento Superficial Duplo (TSD).

“É inadmissível que um estado como Mato Grosso não esteja preparado para um fator atípico do tempo. Tenho certeza que esses prazos que o secretário passou serão ultimados. Esperamos que essa rodovia seja a rodovia da verdade e não mais a rodovia da mentira”, disse a prefeita de Colidir, Ismaili Donassan.

Carlinda foi emancipada em 1994 e possui uma população estimada em 10.800 habitantes. A MT 208 liga os municípios de Carlinda, Alta Floresta, Nova Monte Verde e Nova Bandeirantes, e a MT 320 liga toda a região norte à BR-163.

População de Campo Novo do Parecis pede segurança



Foto - Fablício Rodrigues

Sandra Santanna

“Morar numa cidade do interior nem sempre é sinônimo de tranquilidade. Temos comércios sendo assaltados diariamente, em plena luz do dia, fazendo vítimas na cidade e nas fazendas”. O depoimento é do diretor da Associação Comercial e Industrial de Campo Novo do Parecis (385 km de Cuiabá), Gilmar Tessaro, feito durante audiência pública na semana passada, na Associação do Sindicato Rural. O município, de pouco mais de 35 mil habitantes, tem sido alvo da criminalidade, após ganhar visibilidade no agronegócio.

Só para se ter uma ideia, a produção de milho de pipoca corresponde a 80% da produção nacional e 15% da produção mundial. A área de plantio corresponde a 45 mil hectares de plantação, além disso, o município produz ainda outros grãos, como amendoim, soja e girassol. Após a iniciativa popular, em trazer a

tona o problema com a falta de segurança, o deputado Ademir Brunetto (PT) foi o responsável pela realização da audiência pública. O debate foi de forma democrática com a participação popular.

O empresário Carlos Eduardo Braga falou sobre a revolta com a impunidade. “Hoje, para ser honesto, paga-se um preço muito alto. Enquanto isso, os bandidos estão a solta e os que estão presos se alimentam melhor do que muitos trabalhadores que são pais de família”, reforçou.

Outro problema citado pelas autoridades é quanto às leis brandas e a superlotação das penitenciárias. “Temos que lutar para mudar as leis. Hoje o bandido é preso e em pouco tempo ganha as ruas novamente e vemos a mesma pessoa praticando crimes e temos a certeza da impunidade”, sublinhou vereador Vanderlei Marcos Pulga Baioto, presidente da Câmara Municipal de Campo Novo do Parecis.

Compartilhou da mesma ideia Luiz Augusto Ferres Schimith, promotor de Justiça que disse ser preciso empenho da população para mudar essas leis. Ao encerrar a audiência, Brunetto se mostrou satisfeito com as propostas feitas e com a participação de representantes da área de Segurança e do Judiciário.

“Temos o compromisso do secretário de Estado de Segurança Pública, Alexandre Bustamante, que irá aumentar o efetivo de policiais militares e civis para coibir a violência do município”, pontuou.

Participação – Estiveram presentes: Vitor Chab, delegado Regional da Polícia Civil de Tangará da Serra; Zulmira Gomes, presidente do Conselho Comunitário de Segurança Pública (Conseg); Mauro Valter Berft, prefeito de Campo Novo, e Luis Henrique Damaceno, delegado de Campo Novo do Parecis.

Projeto de lei reconhece atividade de vigilância



Foto - Widson Maradona

Elzis carvalho

O Projeto de Lei 65, de 2014, pretende reconhecer, em todos os 141 municípios mato-grossenses, o exercício de atividade de vigilância autônoma para guardas de rua e de condomínios. A proposta, em tramitação na Assembleia Legislativa, é de autoria do deputado Pedro Satélite (PSD).

O texto propõe que os vigilantes autônomos sejam cadastrados na Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp). O exercício da atividade de vigilância autônoma exigirá, obrigatoriamente, filiação ao órgão de classe da categoria. Os requerimentos, solicitando o cadastramento dos profissionais autônomos

de vigilância noturna e diurna, junto à Secretaria de Segurança Pública, serão subscritos pelo presidente do órgão de classe do grupo.

O cadastro terá validade anual em até 31 de dezembro. A proposta define que para exercer a atividade, os serviços de vigilância terão que ser executados por brasileiro maior de 21 anos. Ele tem que possuir habilitação em curso específico de vigilante noturno e diurno autônomo e ainda não ser integrante do quadro de pessoal da SSP. O serviço de vigilância autônoma, de acordo com a proposta, compreende as atividades de patrulhamento a pé, ou motorizado, inclusive aos guardas de guaritas, das áreas urbanas e rurais, sendo remunerado diretamente pela comunidade, na forma esti-

pulada em contrato de prestação de serviços livremente negociado entre as partes.

O não cumprimento das normas sujeitará os prestadores do serviço de vigilância às penalidades de advertência, o impedimento do exercício das atividades, a multa de um a 100 UPFs (Unidade Padrão Fiscal) e a suspensão e cassação do cadastro.

De acordo com Satélite, a proposta regulamenta essa atividade, tirando esses profissionais da informalidade e, com isso, estabelecendo normas para o adequado desenvolvimento do serviço de vigilância em Mato Grosso. “Eles são importantes à segurança preventiva e no apoio à população”, disse o deputado.

Comissão de Infraestrutura da AL visita obras da Copa

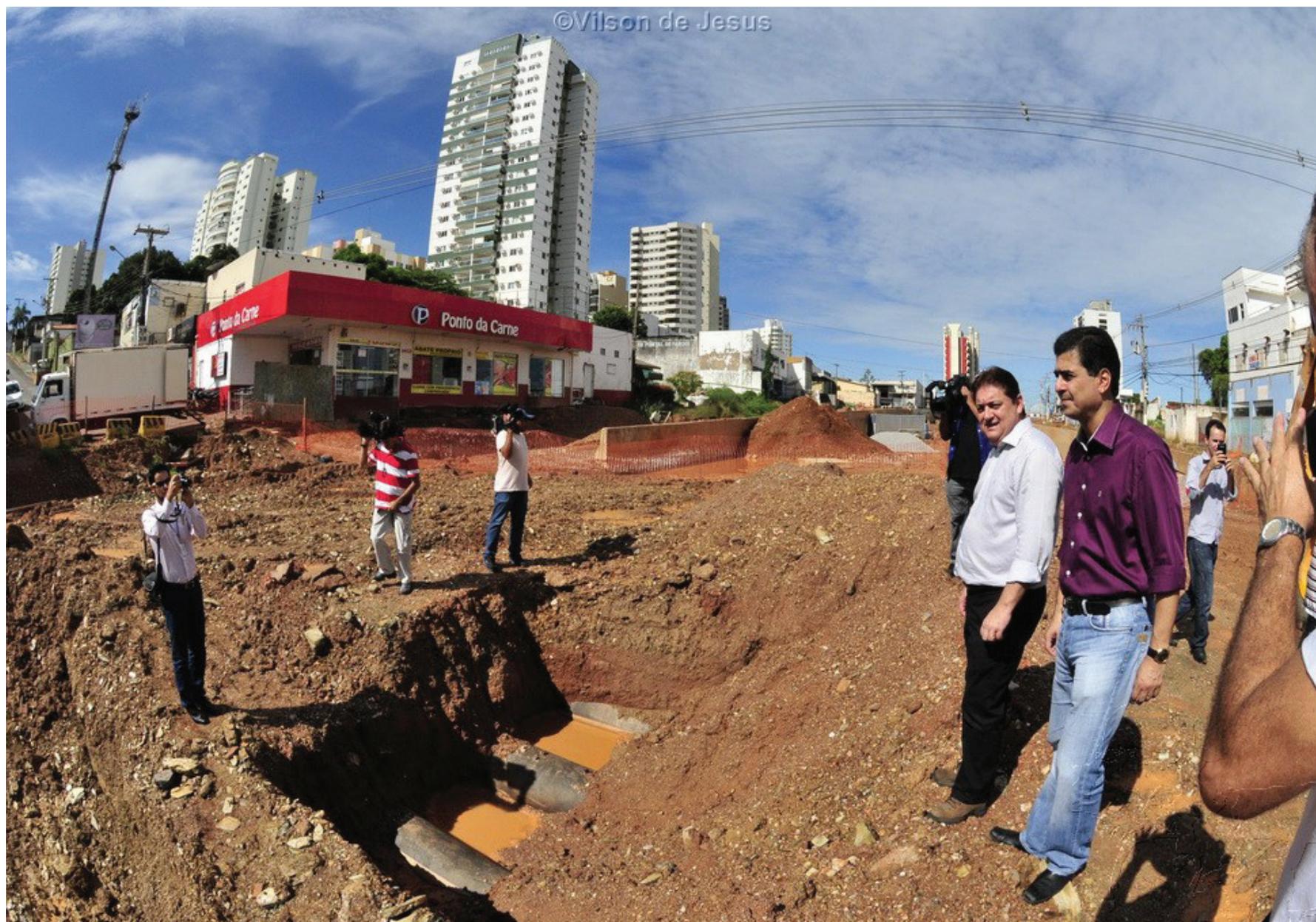


Foto - Vilson de Jesus

A Comissão de Infraestrutura Urbana e Transportes (Ciut) da Assembleia Legislativa fiscalizou, pela segunda vez, a Trincheira Santa Rosa, em Cuiabá. De acordo com o presidente da comissão, deputado Sebastião Rezende (PR), há denúncias de que a causa do atraso da obra é por pendências da Concessionária de Água e Esgoto - CAB Cuiabá. Em visita anterior, a comissão constatou que a demora na remoção de uma adutora – que abastece 60% dos bairros de Cuiabá - provocou atrasos na obra.

A Trincheira Santa Rosa integra o pacote de

intervenções de travessia urbana, resultado de um convênio entre Governo do Estado e Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). Com 520 metros de extensão, a trincheira vai revitalizar o fluxo de trânsito de diversos bairros de Cuiabá, como Goiabeiras e Santa Rosa. A pista superior da trincheira já foi liberada para o trânsito. Posteriormente a visita, a comissão encaminhará relatório para a Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo de 2014 (Secopa) para cobrar providências relativas a obra.

No ano passado, a Ciut realizou 13 vistorias,

sendo nas obras de mobilidade urbana; do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) e Aeroporto Marechal Rondon, em Várzea Grande. Dessas, 11 foram condenadas pelo conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea) por má qualidade e/ ou atrasos na execução. A remoção de adutoras e de postes foi um dos fatores responsável pelo atraso nas obras, conforme apontou a Secopa.

Além dos deputados e técnicos integrantes da Ciut, engenheiros do Crea participam da comitiva de vistoria.

Português faz indicações para o setor turístico de Cáceres



Foto - Fablício Rodrigues

Cecília Gonçalves

O deputado Airton Português (PSD) indicou ao governo e a Assembleia Legislativa aprovou aquisição de recursos financeiros do Programa Regional de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur), no montante de R\$ 25 milhões, sendo R\$ 10 milhões para a restauração das ruas e avenidas do município de Cáceres, e R\$ 15 milhões para a construção da orla do rio Paraguai.

O parlamentar defendeu que o município é tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Cultural (IPHAN), reconhecida cidade turística, tanto que se encontra entre os 65 municípios indutores do turismo no Brasil. “Esses recursos são importantes para incrementar o turismo local, e constituir uma verdadeira fonte econômica geradora de emprego e renda principalmente para a população local”, disse o deputado.

O parlamentar atende pedido do povo,

por meio da vereadora Valdeníria Dutra. Airton Português também indicou ao Estado a importância de garantir atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS) de exames de Punção Aspirativa por Agulha Fina (PAAF), de tireóide, ou mama, biópsia de tireóide, ou próstata, cirurgia bariátrica, USG de articulações, no pólo de saúde de Cáceres. Airton Português reivindicou ainda ambulâncias para os municípios de Nova Lacerda e Lambari D'Oeste.

Alexandre Cesar quer instalação da Comissão da Verdade em MT



Foto - Widson Maradona

Alline Marques

O deputado estadual Alexandre Cesar (PT) solicitou da Mesa Diretora a instalação da Comissão da Verdade em Mato Grosso para que fatos, relatos e documentos relacionados ao período da ditadura sejam revelados. A comissão já foi aprovada por meio da Resolução 3.575, de 19 de fevereiro deste ano, e dispõe sobre a apuração de graves violações dos Direitos Humanos durante o período de 1964 até 1985 no território do Estado de Mato Grosso. Só que ainda não foi efetivada, e o projeto é de autoria dos deputados José Riva (PSD) e Emanuel Pinheiro (PR).

"Faço um apelo para colocarmos Mato Grosso nessa pauta, que não é negativa e não é ruim, não é remexer no passado, é fazer justiça

à memória daqueles que foram perseguidos, punidos, torturados, mortos ou desapareceram. É preciso que nós, em Mato Grosso, cumpramos nosso papel. É um período que precisa ser lembrado para que ditaduras não mais se repitam", afirmou.

O parlamentar lembrou os 50 anos do golpe militar no Brasil e contou a história da própria família que sofreu repressão com a ditadura militar. O avô do petista havia sido vereador pelo Partido Comunista em Rio Claro (SP) e foi preso na época do golpe, e o pai, que era suplente de vereador, foi cassado. Além dos dois, o tio do deputado também foi preso e processado na "época de chumbo".

"Meu avô que tinha sido eleito vereador, pelo Partido Comunista, foi preso por diversas vezes desde os primeiros momentos da ditadura, por

sorte nunca foi torturado, mas respondeu processos, e tudo aquilo deixou uma marca muito forte na nossa história e na nossa vida. Meu pai que era suplente de vereador, no momento do golpe, foi cassado pelo regime militar, já que era um propósito de que nem os suplentes pudessem assumir nas vagas dos vereadores que foram cassados pelo regime instaurado. E meu tio, Benedito Tadeu Cesar, irmão do meu pai, respondeu diversos processos e foi preso diversas vezes como professor da Universidade Federal do Espírito Santo (ES)", relatou durante a primeira sessão ordinária deste mês.

Alexandre lembrou que nos momentos mais cruéis da ditadura pessoas foram presas injustamente, torturadas, mortas, desaparecidas, estupradas e tiveram a trajetória das vidas e das famílias alteradas de forma brutal. O petis-

ta destacou que a imprensa sempre faz questão de apontar uma ditadura amena em Mato Grosso, alega que o Estado não sofreu tanto com a imposição do regime militar, porém, a história mostra importantes lideranças presas nesse período, dentre elas o deputado federal Carlos Bezerra (PMDB), o poeta e advogado Silva Freire, Agrícola Paes de Barros e Zoroastro Teixeira.

Interferência – A história de Mato Grosso foi afetada também no período da ditadura com a divisão do Estado, sem uma consulta popular. A ação de separar o território mato-grossense gerou diversos danos para o Estado e aconteceu em pleno regime militar de forma arbitrária. Alexandre resalta as matérias veiculadas nos jornais e sites da Capital que apontam para desaparecimento de documentos e outras que relatam histórias no período ditatorial.

É bom lembrar ainda que documentos recuperados pela Comissão Nacional da Verdade e pelas comissões estaduais, como o relatório Figueiredo, dão conta de ações de extermínios de povos indígenas ocorridas em Mato Grosso.

Alexandre assinala ainda a forma e modelo de ocupação adotado pelo regime militar que dizimou não apenas os povos indígenas, mas também trabalhadores rurais. O deputado relata ainda que grandes grupos econômicos eram financiados pelos fundos de desenvolvimento e implantaram no Estado um modelo de latifúndio excludente, opressor e que promove a desigualdade social que há anos vem sendo denunciada por pessoas, como Dom Pedro Casaldaglia, bispo emérito da Prelazia do Xingú.

"É preciso passar a limpo não apenas o dia do golpe, mas tudo aquilo que sucedeu e os efeitos da implantação da ditadura em nosso estado", afirmou o petista.

Alexandre aproveitou também para repudiar aquelas pessoas que defendem a volta do regime militar, e lembrou que a democracia no país ainda é jovem, em fase ainda de aprendizado, e isso é feito com erros e acertos. Porém, não se pode acreditar que a opressão seja a solução para os problemas enfrentados pelo país, atualmente.

Teté reforça a importância da Comissão da Verdade



Foto - Ronaldo Mazza

Maricelle Lima Vieira

Durante o discurso do deputado Alexandre César (PT), sobre a necessidade de se instalar a Comissão da Verdade, durante a sessão plenária da semana passada, a deputada Teté Bezerra (PMDB) fez um breve resgate e as consequências sentidas até os dias de hoje causadas pela Ditadura Militar.

A parlamentar destacou que umas das principais dificuldades é a falta de novos líderes em todo país - o mesmo acontece com os países da América do Sul, que também promovem, ou promoveram, alguma forma antidemocrática de direito junto à população. A deputada

ainda acrescentou que, mesmo sem documentos das práticas da ditadura no Estado, é de suma importância se constitui a Comissão da Verdade na Casa de Leis.

Emocionada, Teté sublinhou um fato quando o marido dela, deputado federal Carlos Bezerra (PMDB), com 22 anos de idade, teve que ir algemado ao velório da própria filha – exposto ao constrangimento em uma despedida dolorosa. "Como ele, muitos passaram por situações semelhantes e até piores perdendo a vida e deixando os familiares até hoje sem saber o que realmente aconteceu, ou onde estão seus restos mortais", finalizou a deputada.

Riva defende 25% do bolo tributário para os municípios



Kleverton Souza

A revisão do Pacto Federativo com a redistribuição dos recursos, destinando 45% dos impostos, tributos e taxas pagas pelo contribuinte para os cofres do Governo Federal, 30% para os Estados e 25% aos municípios foi defendida na semana passada pelo deputado José Riva (PSD). Atualmente, a divisão é feita com 60% para a União, 25% para os Estados e 15% para os municípios.

De acordo com o parlamentar, as alterações devem ser emergenciais para evitar o enfraquecimento progressivo das cidades. “O Con-

gresso Nacional é o grande culpado pelo enfraquecimento dos municípios, pois as reformas necessárias para o país não foram realizadas. É preciso um pacto federativo mais justo. Do jeito que estão matando os municípios brasileiros daqui a pouco sobrarão apenas aqueles que contam com receita própria”, afirmou Riva, durante palestra proferida no 4º Congresso Mato-grossense dos Vereadores, promovida pela União das Câmaras Municipais de Mato Grosso (Ucmmat).

Com o tema “Como o Legislativo pode ajudar no fortalecimento dos municípios”, Riva defendeu novamente a realização de uma

mobilização nacional de prefeitos e vereadores para cobrar as reformas (política, tributária, fiscal e trabalhista). No Brasil, existem aproximadamente 56 mil vereadores.

Em Mato Grosso, são 1.394. Como agentes políticos mais próximos da sociedade, Riva lembrou a força do parlamentar municipal e salientou a importância de uma mobilização rumo à Brasília. “Já pensou se conseguíssemos colocar metade dos vereadores do país, fazendo uma manifestação no Congresso Nacional para a realização das reformas e revisão do pacto federativo? Devemos cobrar apoio dos deputados federais e senadores, pedindo para que assinem documento apoiando o movimento. Apenas o legislativo pode mudar essa realidade”, sugeriu.

ICMS – Através da mobilização, Riva defende a redistribuição do bolo tributário, e também alterações no repasse do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) para os municípios. Atualmente, 25% do produto de arrecadação do imposto pertence aos municípios. Na avaliação do deputado, deveriam ser destinados 35% às cidades.

“Também defendo o orçamento impositivo há muitos anos para a valorização do Poder Legislativo”, afirmou o parlamentar, que apresentou Proposta de Emenda à Constituição (PEC) no ano passado, onde, em caso de aprovação, a programação constante da Lei Orçamentária Anual (LOA) passará a ser de execução obrigatória.

Outra ação da Assembleia Legislativa para fortalecer os municípios foi a aprovação da destinação de 50% dos recursos do Fundo Estadual de Transporte e Habitação (Fethab) para as cidades a partir de 2015. De autoria do deputado Riva, o projeto foi aprovado no ano passado e cerca de R\$ 500 milhões serão repassados para a infraestrutura dos municípios.

Foto - Maurício Barbant

Audiência pública debaterá em Porto Alegre do Norte o MT Integrado



Foto - Fablício Rodrigues

José Luis Laranja

A Assembleia Legislativa realiza audiência pública com o objetivo de discutir o Programa MT-Integrado, o Projeto Ferroviário e o aproveitamento do potencial hidroviário da região do Araguaia. O evento, de autoria do deputado Baiano Filho (PMDB), ocorre no município de Porto Alegre do Norte.

O MT Integrado, Sustentável e Competitivo é um programa do Governo do Estado que foi idealizado com a intenção de garantir desenvolvimento tanto econômico quanto social para Mato Grosso através da interligação asfáltica de todos os municípios do Estado, com pelo menos uma via de acesso pavimentada.

O programa, além de levar asfalto para todas as regiões de Mato Grosso, ajuda os municípios a se desenvolverem de acordo com as capacidades produtivas locais, que foram apontadas a partir de estudos que indicaram que os municípios mato-grossenses têm grande potencial de desenvolvimento desde que possuam infraestrutura.

A Secretaria de Transporte e Pavimentação Urbana (Setpu) iniciou as primeiras obras do Programa MT Integrado em abril de 2013. A implantação do programa que tem a execução de alto volume de obras rodoviárias, que somarão mais de dois mil quilômetros de estradas asfaltadas até este ano, tem o aporte financeiro de R\$ 1,5 bilhão conseguido junto

ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES/Banco do Brasil), que serão pagos em 12 anos, com prazo de carência de 24 meses.

A audiência será dia 25 deste mês, na Empresa Araguassú Óleos Vegetais, na rodovia BR-158, a partir das oito horas da manhã. De acordo com o parlamentar, o MT Integrado contempla a execução de rodovias estaduais em 44 municípios das 12 regiões de planejamento de Mato Grosso e uma interligação regional. “A interligação regional que entrou no programa cumpre o mesmo objetivo de levar desenvolvimento com sustentabilidade a todos os municípios do estado”, revelou Baiano.

Nininho homenageia pessoas de MT com o título de cidadania



Foto - Ronaldo Mazza

leda Barros

O deputado Ondanir Bortolini – Nininho (PR) realizou, na semana passada, sessão solene para a entrega de 22 títulos de Cidadão Mato-grossense para pessoas que contribuíram para o crescimento econômico e social de Mato Grosso. Durante a abertura da sessão, Nininho discursou sobre a importância de todos os agraciados e lembrou a história de vida de alguns deles.

Dentre os escolhidos para receber a homenagem estão pessoas que se destacaram em diversas áreas, como agronegócio, política e segurança pública. “É a primeira vez que faço

uma entrega de títulos de cidadão mato-grossense. Queria que esse momento fosse especial para todos, como está sendo para mim, uma vez que estudamos a história de vida de cada um dos homenageados e sabemos da importância de suas contribuições para nosso estado. São pessoas que, muitos anos atrás, decidiram deixar a terra natal e fazer de Mato Grosso a própria casa”, diz Nininho.

Abílio Paschoalinotte é paulista e fez o discurso de agradecimento em nome de todos os homenageados. “Quero enfatizar que recebo a homenagem com muita humildade, absolutamente consciente de que a conquista dessa honraria não é apenas fruto dos meus esforços,

mas da conjugação de esforços de todos aqueles que têm acompanhado e contribuído com a minha vida familiar, profissional e social, ao longo do tempo”, destacou.

Mato-grossenses – As pessoas homenageadas pelo deputado são Abílio Paschoalinotte, Amauri Zeni, Antônio de Deus da Silva, Carlos Augusto Ferrari, Clarindo dos Santos, Evaldo Oswaldo Diehl, Ildo Roque Guareschi, Ireno Veroneze, Jamil João Samara, João Carlos Marinho Lutz, João Ferreira Borges Filho, José Carlos Massuia, José Lazzare, Miguel José Brunetta, Nestor Guedes Medeiros, Pedro Souza de Oliveira, Percival Eleutério de Paula, Sérgio de Marco, Sérgio Luis Mattei e Valter José Peters.

José Domingos também entrega títulos de cidadão



Foto - Ronaldo Mazza

Elzis Carvalho

O deputado José Domingos Fraga (PSD) entregou títulos de Cidadão Mato-grossenses à pessoas que contribuíram para o desenvolvimento e crescimento do Estado, nos últimos anos. Para ele, as pessoas agraciadas com a honraria dedicaram as próprias vidas à construção eficaz da economia e da sociedade. A homenagem é uma honraria concedida pelo Legislativo para homenagear pessoas que escolheram o Estado para morar.

De acordo com o parlamentar, esses cidadãos fizeram de Mato Grosso mais que moradia, contribuíram com a construção e crescimento econômico, social e cultural do Estado. A sessão solene foi no dia 28 de março, no Plenário das Deliberações da Assembleia Legislativa.

Novos cidadãos mato-grossenses – As pessoas homenageadas são Marinês Cristofolli Parisenti Daltro, Cleber Spigiorin, Ivo Liberali, Sidney Marques Junior, Adriana Fernandes do Nascimento Sansão, Renata Alves Rodrigues Sansão, Valmir Armando Marcon-

des, Arnaldo Cardoso Pessoa, Josefa Andrade Assunção Oliveira, Airton Callai, Dirceu Antonio Zanatta, Joci Piccini, Wilson Barella, Luiz Romero de Souza Uchoa, Linealdo de Aguiar Sobral, Dorival Lorca, Rogério Romanini, Gustavo Abi Rached Cruz, Olívio Venturi, Gerson Luiz Bicego, José Pires de Moraes Neto, Donizeti Aparecido da Silva, Aelton Antônio Figueredo Cantídio de Freitas Mundim Neto, Jaime Dias da Silva, Luciana Lamenha Gonçalves, Marcelo Bezerra Crivella, Neiva Dalla Valle, Valdir Salvaggio e Vanderson Vitor da Silva.

Malheiros condecora personalidades que fizeram história em MT

Itimara Figueiredo

O deputado João Malheiros (PR) homenageará, com o Título de Cidadão Mato-grossense, 18 personalidades que atuam no Estado. A homenagem será realizada no Plenário das Deliberações da Assembleia Legislativa, no dia oito de maio, às 19 horas, em sessão solene.

O título é o reconhecimento pelo trabalho prestado a quem contribui para o desenvolvimento do Estado. “Uma honra oferecer o título para aqueles que fazem jus à tamanha homenagem”, disse Malheiros, ao se lembrar que, apesar de não terem nascido em Mato Grosso, merecem o reconhecimento pelas relevantes ações que fomentam o desenvolvimento econômico e social.

“O reconhecimento figura como uma ado-

ção oficial, dando ao agraciado condição de conterrâneo daqueles da terra natal beneficiada por suas ações”, explicou.

O evento deverá contar com as participações de secretários de Estado, deputados estaduais e federais, senadores e autoridades civis, militares e eclesiásticas.

Homenageados – Waldomiro Rosa Campos, Carlos Alberto Maas, Alexandre Elias Filho, Vandeir Luiz Ribeiro, Dora Marta Martins dos Santos, José Antônio Gonçalves Viana, Aidon Nério Teixeira, Luiz Carlos Alécio, Jacob Kaiser, Izabel Consuelo Martinez Martin, Roselaine Sguarezi, Vicente Gerotto de Medeiros, Edilson Ribeiro da Silva, Sérgio Luiz Potrich, Magno Stefani Cezar, Elaine de Fátima Thomé Parizzi, Heitor Geraldo Reyes, Osvaldo Saito e Paulosalem Pereira Gonçalves.



Foto - Fablicio Rodrigues

Itanhagá recebe micro-ônibus de emenda de Luciane Bezerra

Diego Saporski

O município de Itanhagá recebeu um micro-ônibus fruto da emenda parlamentar da deputada Luciane Bezerra (PSB). O valor destinado foi de R\$ 150 mil.

“O veículo será muito bem usado pela população. Ele atenderá o transporte de pacientes, uma vez que a cidade era uma das poucas que não disponibilizava esse tipo de transporte”, explicou a deputada.

O secretário de saúde do município, Marco Antonio Norberto Felipe, agradeceu a iniciativa da parlamentar. “Ela realizou um sonho antigo da população em ter um veículo próprio e exclusivo para transporte de pacientes. Com essa aquisição nosso município economizará em torno de seis mil reais por mês. Aparentemente parece pouco, mas não é. Nosso município tem uma arrecadação muito baixa, então foi de suma importância a ajuda da deputada”, assinalou o secretário.



Foto - Ronaldo Mazza

Governo do Estado sela acordo com os Pareci



Foto - Jose Petergil/Secom -MT

Fernando Leal

O governador Silval Barbosa (PMDB) e o procurador-geral do Estado, Jenz Prochnow Júnior, firmaram compromisso com representantes das lideranças Pareci, de Tangará da Serra, Sapezal, Conquista D'Oeste e Campo Novo do Parecis. A comunidade indígena quer o reconhecimento da permanência da cobrança, pelo seu povo, do direito à passagem dos veículos em parte da rodovia MT-235.

Os integrantes dos HalitiPareci – representados juridicamente pelas Associações Waymarê e Halitinã – pedem a concessão do trecho Rio Papagaio-Rio Verde, da Rodovia João Arrezomae (João Garimpeiro). Essa extensão da rodovia atravessa a área Utiariti, situada entre Campo Novo do Parecis e Sapezal.

Na audiência, um dos líderes do grupo e da Aldeia Bacaval, Arnaldo Zunizakae, revelou

preocupação com a possível quebra do acordo que permitiu a cobrança definida no Artigo 150 da Constituição brasileira como “pedágio”, mas o governador reconheceu o pacto da época. “Me comprometo debruçar sobre o assunto para encontrar viabilidade jurídica e evitar prejuízos para as comunidades indígenas. Vamos trabalhar com prioridade”, disse Silval.

Ele garantiu que o procurador Jenz Prochnow Júnior vai montar uma equipe para trabalhar em parceria com a Procuradoria Geral da União e a Fundação Nacional do Índio (Funai). O processo incluirá um termo de acordo entre governo, os indígenas e a Funai. Fontes do órgão garantem apenas que já existe um processo administrativo para liberação da rodovia. O ponto de partida será a apresentação formal ao governo, pelos indígenas, de documento tratando do assunto.

Segundo o deputado Wagner Ramos (PR),

responsável pelo encontro, o acordo sobre a cobrança foi firmado em assembleias entre o Povo Pareci, Funai e o governo mato-grossense, e definido ainda antes da pavimentação feita na gestão de Blairo Maggi (PR).

“Isso é uma questão de compromisso, de cumprimento de acordos anteriores com o devido amparo legal. São terras indígenas utilizadas por todos e que – a exemplo de boa parte das rodovias brasileiras – existem os custos de manutenção que devem ser cobertos com essa cobrança do direito de passagem”, observou o republicano.

Além de 30 representantes indígenas e de uma de suas principais lideranças, Genilson Kezomae, também participaram da reunião o procurador federal César Augusto, representante da Funai, o deputado Ezequiel Fonseca (PP), prefeitos e vereadores da região.

Supremo derruba diplomas do Mercosul em MT



Foto - Ronaldo Mazza

Fernando Leal

O Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu os efeitos da Lei Estadual 10.011, de 17 de dezembro de 2013, que trata da progressão funcional de servidores do Estado de Mato Grosso a partir de títulos e diplomas de pós-graduação strictu sensu obtidos nos países que integram o Mercado Comum do Sul (Mercosul).

A medida cautelar foi concedida em forma de liminar pelo ministro Dias Toffoli na Ação Direta de Inconstitucionalidade 5091, do governo mato-grossense. No processo, a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) sustenta que a lei afronta iniciativa do governador na altera-

ção do regime jurídico de cargos, funções, ou empregos públicos na administração direta.

Também reforça a implicação do aumento imediato da remuneração de servidores e alerta para o risco de estrangulamento do erário público. Para o deputado Wagner Ramos (PR), o assunto envolve a necessidade cada vez maior da busca de melhores condições para ampliação e transmissão dos conhecimentos acadêmicos em todas as esferas, em Mato Grosso.

“Entendemos os limites financeiros do governo, principalmente em ocasiões que exigem expansões físicas em regiões e setores estratégicos do Estado como agora. Isso tem

um custo, mas as alternativas existem para esgotarmos essa e outras questões, nas esferas política e de governo. E vamos buscá-las”, garantiu o republicano. A Lei 10.011, publicada no Diário Oficial, de 19 de dezembro do ano passado, teve origem no Projeto de Lei 478, de 2011, de Wagner Ramos, que foi subscrito pelos deputados Percival Muniz (PPS) e Ezequiel Fonseca (PP).

O projeto foi aprovado em todas as instâncias da tramitação na Assembleia, mas recebeu o veto do governador Silval Barbosa (PMDB). No retorno do processo ao Legislativo, o veto foi derrubado. Com a decisão, o governo recorreu ao STF.

J. Barreto homenageia Escola de Guiratinga



Foto - Widson Maradona

Adriane Rangel

O líder do Governo na Assembleia Legislativa, deputado Hermínio J Barreto (PR), apresentou Moção de Aplauso à Escola Estadual de 1º Grau Luiz Orione de Guiratinga, na pessoa do diretor, Valter Basili Belmonte, demais diretores, professores, pais e alunos, em virtude dos trabalhos prestados à sociedade mato-grossense, nesses 80 anos de fundação.

“Quero homenagear todos da Escola Estadual Luiz Orione, que ajudaram na construção

dessa bela história em prol do nosso estado. Inúmeros profissionais, pessoas de grande destaque em Mato Grosso, foram alunos da Escola Estadual Luiz Orione”, lembrou.

O deputado destacou que os 80 anos da instituição se consolidaram num trabalho eficiente que se transformou em um grande centro educacional, com uma belíssima instituição dedicada com amor e afincado ao ensino escolar, profissional, moral e humano dos estudantes.

A atual Escola Estadual De 1º Graus Luiz Orione iniciou suas atividades como Instituto Bom

Jesus, e foi a primeira escola a funcionar em Guiratinga sob a responsabilidade da Companhia de Jesus - salesianos. A escola foi criada em 1933 e funcionou com essa denominação até 1974. A partir de então, recebeu outras denominações, como Escola de 1º Grau Dom Bosco, Escola de Primeiro e Segundo Graus do Colégio Comercial de Contabilidade Luiz Orione, Escola de 1º Grau Luiz Orione e, finalmente, Escola Estadual de Ensino Fundamental Luiz Orione.

Escola do Araguaia enfrenta problemas de superlotação e infraestrutura



Foto - Maurício Barbant

Raphaella Padilha

Considerado um dos maiores municípios da região Araguaia de Mato Grosso, com população de aproximadamente 30 mil habitantes, a cidade de Água Boa dispõe de apenas duas escolas estaduais, que ofertam ensino 'ciclado' (do quarto ao nono ano) e ensino médio (regular e Educação de Jovens e Adultos – EJA). A escassez de unidades de ensino tem provocado superlotação nas salas de aula.

Em busca de uma solução para a classe estudiantil, a diretoria da Escola 9 de Julho reuniu-se com o deputado Dilmar Dal’Bosco, na semana passada. Fundada em 10 de maio de 1986, a Escola possui 1.100 alunos, sendo 700 matriculados no ensino fundamental e 400 no EJA. A estrutura dispõe de 37 salas de aula completamente lotadas trabalhando em três períodos letivos, e, ainda assim, é obrigada a dispensar diariamente uma série de pedidos de matrícula que chega à coordenação.

“Prezamos pela qualidade de ensino, mas trabalhamos diariamente em nosso limite, com as salas de aula lotadas. Queremos apenas que o governo olhe para Água Boa e se conscientize da urgente necessidade de construção de, pelo menos, mais uma escola estadual”, cobrou o diretor, Waldiney Santana da Costa.

Outra solicitação encaminhada ao deputado Dal’Bosco foi a revitalização do pátio da escola. O diretor explica que a unidade de ensino atende 30 Portadores de Necessidades Especiais (PNEs) e esses, em sua maioria os cadeirantes, ficam impossibilitados de frequentar o local devido a inúmeras rachaduras e irregularidades no piso concreto.

A demora na contratação de professores auxiliares também prejudica o atendimento dos alunos especiais. De acordo com Waldiney, entre os PNEs existem crianças Down e com outra síndromes raras, que causam atraso no desenvolvimento intelectual, e a ausência dos auxiliares acaba influenciando negativamente tan-

to na educação ofertada aos alunos convencionais, quanto na dedicação dispensada aos especiais.

O diretor também reclamou da não abertura de vagas de professores contratados para o ano letivo de 2014, que, devido à greve do ano passado, só teve início no dia 17 de março. Segundo ele, a unidade escolar está com déficit de educadores nas áreas de educação física e geografia.

Condicionadores de ar – Na Escola 9 de Julho, a exemplo das demais unidades educacionais de Mato Grosso, a implantação de condicionadores de ar nas salas de aula ainda não foi possível devido a falta de extensão da rede elétrica, que é monofásica. De acordo com o diretor, os condicionadores foram entregues pelo governo em dezembro de 2012 e, desde então, encontram-se lacrados, aguardando as condições para funcionamento. Ele explica que a instalação do posto de transformação já foi feita e que a escola também teve o projeto de climatização aprovado pela Secretaria de Estado de Educação (Seduc), restando apenas a finalização do serviço.

“Basta que a companhia de energia designe um técnico para ligar o posto de transformação à rede e depois que a Seduc cumpra com o que foi estabelecido no projeto de climatização. Queremos consultar a possibilidade de aumentarmos a quantidade de condicionadores, uma vez que a biblioteca, a sala de informática e o auditório não foram contemplados pela Seduc”, afirmou Waldiney Santana da Costa.

Atento às solicitações dos educadores, o deputado Dilmar Dal’Bosco afirmou que vai transformar todas as demandas em Indicação ao Governo de Mato Grosso, e comprometeu-se ainda em agendar uma audiência com a secretária de Estado de Educação, Rosa Neide.

Sexta edição do Parlamento Mirim inicia neste mês



Foto - Ronaldo Mazza

Sandra Costa

A 6ª Legislatura do Programa Parlamento Mirim da Assembleia Legislativa será lançada em abril. Conforme o superintendente do Planejamento Estratégico, professor Abílio Camilo Fernandes Neto, neste ano mais um município da Baixada Cuiabana (Vale do Rio Cuiabá) deve participar do projeto.

“Estamos ainda analisando qual município será inserido e também definindo a data para o

lançamento. Já a posse deve ocorrer antes das eleições, em agosto ou setembro. Esperamos mais uma vez contar com o apoio de sempre das prefeituras e da Secretaria de Estado de Educação (Seduc) e das secretarias municipais”, sublinha o superintendente.

Programa – O Parlamento Mirim foi criado pela Resolução 344, de 2004, para estudantes da rede pública e privada. O objetivo é possibilitar a vivência do processo democrático aos estudantes. Desde a criação, em 2005, cerca

96 adolescentes tiveram a oportunidade de conhecer o processo legislativo estadual, tornando-se deputados mirins. Além disso, 210 projetos de lei foram elaborados e analisados.

Em 2013, participaram da 5ª edição estudantes de Acorizal, Dom Aquino, Várzea Grande, Chapada dos Guimarães, Santo Antônio de Leverger e Cuiabá. Foram apresentados 94 trabalhos. Os deputados mirins eleitos têm o mandato de um ano e durante esse período desenvolvem atividades parlamentares.

Estudantes autistas visitam AL e são recebidos por deputado



Foto - Widson Maradona

José Luis Laranja

O Dia Mundial da Conscientização do Autismo, comemorado em dois de abril, foi criado pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 18 de dezembro de 2007. Em comemoração a data, alunos dos 1º e 3º anos da Escola Municipal de Cuiabá Quintino Pereira de Freitas participaram do Programa Por Dentro do Parlamento, da Assembleia Legislativa. Além de conhecer vários ambientes do Parlamento, os alunos foram recebidos pelo deputado Airtton Português (PSD). “Trata-se de uma data importante, porque são pessoas que necessitam do nosso apoio, principalmente, para os professores que têm conhecimento nessa área. A inclusão desses estudantes nas escolas é mais que necessária”, avaliou o parlamentar. No primeiro evento, em dois de abril de 2008, o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, elogiou a

iniciativa do Catar e da família real do país, um dos maiores incentivadores para a proposta de criação do dia, pelos esforços de chamar a atenção sobre o autismo.

Vale destacar que nos dias primeiro e dois de abril de 2011 vários pontos do Brasil foram iluminados de azul para chamar a atenção sobre o autismo. Entre os monumentos iluminados, considerados cartões postais, estavam o Cristo Redentor, no Rio de Janeiro (RJ), Ponte Estaiada, em São Paulo (SP), os prédios do Senado Federal e do Ministério da Saúde, em Brasília (DF), Teatro Amazonas, em Manaus (AM), e a torre da Usina do Gasômetro, em Porto Alegre (RS). Em Portugal, monumentos e prédios, como a Torre dos Clérigos e a Estátua do Cristo Rei, em Lisboa, também foram iluminados de azul para a data.

“Em várias oportunidades as crianças autistas podem se sobressair dos demais estudantes.

Não precisam ser excluídos, mas necessitam de professores capacitados no aprendizado”, assinalou a diretora da escola, Antonia Corsina.

No Brasil, graças a um projeto que surgiu da pressão popular, pessoas com autismo têm os mesmos direitos de pessoas com deficiência. A Lei 12.764 cria a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e foi sancionada, em 27 de dezembro de 2013, pela presidente Dilma Rousseff (PT). Um dos grandes desafios do Brasil em relação a pessoas com autismo é a falta de profissionais capacitados para atuar na área, inclusive médicos. A esperança dos pais com a legislação é que seja estabelecida a criação de centros de tratamento multidisciplinar em todo o país, para, principalmente, forçar a capacitação de profissionais.

Projeto garante 100% de hora-atividade em 2016



Foto - Ronaldo Mazza

Elzis Carvalho

O Projeto de Lei Complementar 12, de 2014, em tramitação na Assembleia Legislativa, garante aos professores contratados temporariamente pela rede estadual de educação o recebimento, em 2016, de 100% das horas atividades destinadas aos profissionais. A proposta altera a Lei Complementar 510, de 2013, que reestruturou os subsídios dos profissionais da educação básica de Mato Grosso. Este ano, os professores contratados terão o direito a 40% das horas-atividades asseguradas ao professor efetivo. Em 2015, os docentes têm direito a 70%. Já em 2016, os professores te-

rão direito a 100% das horas-atividades.

De acordo com a proposta, os professores contratados com carga horária inferior a 20 horas semanais receberão hora-atividade proporcional à carga horária definida pela legislação em vigor – Lei Complementar 510. A mensagem destaca que um professor contratado para uma jornada de 20 horas semanais em sala de aula faz jus às oito horas-atividades e que o correto são quatro horas-atividade em 2014. Isso corresponde a 40% da hora-atividade assegurada ao professor efetivo.

Na Mensagem 16, de 2014, o Governo do Estado explica que o professor contratado poderá receber, a título de hora-atividade,

valores superiores às 10 horas semanais previstas aos professores efetivos, e ainda, limitando até primeiro de maio de 2016 o direito a essas horas.

“O contratado fará Just a partir de 2016 a integralidade da hora atividade garantida ao professor efetivo”, diz trecho da mensagem.

“A proposta esclarece quanto ao pagamento proporcional da hora-atividade para jornada de trabalho abaixo de 20 horas semanais. Enunciados, assim, os motivos determinantes da presente iniciativa, que se reveste de inegável interesse público”, diz trecho da mensagem.

Uso racional da água evita desperdício

Sandra Costa

O Dia Mundial da Água, elemento essencial para a existência da vida, é comemorado dia 22 de março, e essa data sempre precisa ser tratada como um momento de reflexão e sensibilização sobre a necessidade de preservação e não poluição de rios e mares, e, principalmente, o uso racional da água no nosso cotidiano para evitar o desperdício. É o que destaca o gerente do Programa Ambientação da Superintendência do Planejamento Estratégico da Assembleia Legislativa, Pedro Cácio Ferreira Simão.

Estudos apontam que, apesar de ocupar 70% da superfície da terra, apenas 0,01% da água é apropriada ao consumo, já que a maior parte desse percentual é de água salgada, explicou Pedro Cácio. Segundo ele, o percentual de água potável só tende a diminuir, uma vez que a poluição, desmate de matas ciliares e ações que degradam o meio ambiente impactam diretamente nos reservatórios naturais de água potável.

“Os dados que as pesquisas apontam podem estar defasados, pois como poderemos falar de rios e regiões alagadiças que poderíamos abastecer uma cidade, ou uma comunidade, se esses são contaminados, ou diminuíram o volume d’água, devido à erosão as margens dos rios e perda de matas ciliares?”, questiona o gerente, que aponta um exemplo bem próximo da realidade cuiabana: o rio Cuiabá e os afluentes.

“O rio Coxipó da Ponte, atualmente, que nos primórdios era navegável, não é utilizado pelo Horto Florestal, localizado às suas margens, para irrigar as plantas que são cultivadas, quem dera para consumo humano. O assoreamento dos rios por conta da poluição torna a água imprópria e diminui o número de peixes. O acúmulo de lixo nos córregos que cortam a capital provoca enchentes e, conseqüentemente, doenças”, destacou Pedro Cácio.

Com isso, de acordo com o gerente do Programa Ambientação, torna-se ainda mais imprescindível o racionamento de água. “Essa economia será grande e extensa nas próximas décadas. Os grandes reservatórios naturais d’água estão comprometidos devido à degradação ambiental. O aquecimento global também é outro fator que implica nessa necessidade de racionar a água”, comenta.

Reservas naturais – E Mato Grosso se encontra numa situação de destaque, já que sob parte do território se encontra o aquífero Guarani, o maior reservatório subterrâneo de água potável do mundo, em relação a extensão. Possui cerca de 1,2 milhões de km² sendo que a maioria da extensão está localizada em território brasileiro, cerca de 840.000 Km², que se estende também pelos Estados de Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo. Em Mato Grosso, os municípios que compõem o aquífero são Chapada dos Guimarães, Dom Aquino, Poxoréu, Alto Garças, Tesouro, Guiratinga, Itiquira, Alto Araguaia e Alto Taquari. “No território mato-grossense também temos o Pantanal, a maior planície inundável do mundo e temos que nos sensibilizarmos da importância que tem essa região”, conclui Pedro Cácio.

E você está fazendo sua parte?

No dia a dia, você pode contribuir na diminuição do gasto de água, principalmente, na hora dos pequenos afazeres domésticos. Para isso, segue, abaixo, 12 dicas de como fazer um consumo consciente da água, reduzir o valor da conta no final do mês e contribuir com o meio ambiente:

- Ao escovar os dentes e se barbear mantenha a torneira fechada. Se a torneira ficar aberta enquanto escova os dentes você gasta até 25 litros de água;
- Fechar a torneira enquanto ensaboar as louças e talheres. Ao lavar louças não deixe a torneira aberta o tempo todo (assim você

desperdiça até 105 litros).

- Torneira aberta é igual a desperdício. Com a torneira aberta você gasta de 12 a 20 litros de água por minuto. E se deixar pingando são desperdiçados 46 litros por dia.

- Usar a máquina de lavar roupas na capacidade máxima, e reutilize essa água para lavar calçadas, pisos e áreas externas da casa;

- Na hora do banho, sempre que possível, mantenha o chuveiro desligado e procurar tomar banho rápido. Se demora no banho você gasta de 95 a 180 litros de água limpa.

- Não jogar óleo de fritura pelo ralo da pia. Além de correr o risco de entupir o encanamento da residência, essa prática polui os rios e dificulta o tratamento da água;

- Não deixar que aconteçam vazamentos em encanamentos dentro da residência. Entrar em contato com a companhia de água ao verificar vazamentos na rede externa;

- Usar a descarga no vaso sanitário apenas o necessário, mantendo a válvula sempre regulada. Uma descarga chega a utilizar 20 litros de água em um único aperto;

- Usar vassoura para varrer o chão e não a água da mangueira. Ao lavar a calçada não utilize a mangueira como se fosse vassoura. Utilize uma vassoura de verdade e depois jogue um balde d’água, assim você economiza até 250 litros de água;

- Lavar o carro com balde, ao invés de mangueira. Lavar o carro com uma mangueira gasta até 560 litros de água em 30 minutos;

- Captar a água da chuva com baldes. Essa água pode ser usada para lavar carros, quintais e regar plantas. Regando plantas você gasta cerca de 186 litros de água limpa em 30 minutos;

- Tratar a água de piscinas para não precisar trocar com frequência. Outra dica é cobrir a piscina com lona, enquanto não ocorre o uso, para evitar a evaporação.



Sala da Mulher parabeniza artesãos de MT



Foto - Fablício Rodrigues

Paulo Coelho

Em homenagem e agradecimento aos artesãos de Mato Grosso, a Sala da Mulher da Assembleia Legislativa parabeniza o talento e a criatividade desses profissionais que, no caso do Estado, ajudam a retratar com fidelidade a cultura, folclore e os hábitos mato-grossenses por meio de técnicas artesanais. O dia do Artesão é comemorado em 19 de março.

“Nós, que sempre apoiamos e incentivamos esse importante segmento, não poderíamos deixar passar em branco uma data tão significativa e que celebra o dia do artesão, principalmente porque Mato Grosso é um dos estados onde o artesanato é manifestado da forma mais criativa e original desse país, o que para nós é motivo de orgulho”, destacou a coordenadora da Sala da Mulher, Dilair Savi.

A coordenadora frisou que a Sala da Mulher foi e vai continuar sendo parceira dos artesãos, tanto no incentivo para divulgação dos produtos, como também na divulgação e valorização dos trabalhos artesanais desses profissionais.

Dilair destacou que não só Cuiabá e Várzea

Grande têm sido destaque no artesanato local e nacional, mas também a maioria dos municípios mato-grossenses onde “cada um tem sua originalidade, seus aspectos culturais e suas inspirações próprias para criar seus produtos”.

A Sala da Mulher tem apoiado sistematicamente exposições de produtos artesanais tanto no próprio saguão principal da Assembleia Legislativa como em espaços externos, onde o artesanato de Mato Grosso é mostrado e comercializado aos públicos interno e externo.

Um dos exemplos citados por Dilair Savi, que retrata em grande estilo o artesanato de Mato Grosso, é o “Projeto Arte Viva”, da Associação dos Ceramistas do Bairro São Gonçalo Beiro Rio, em Cuiabá, e que por sinal, no ano passado, expôs na Assembleia Legislativa peças artesanais das mais variadas formas, como em barro e argila, por exemplo, além de delícias gastronômicas.

Em outubro do ano passado a Sala Mulher prestigiou e incentivou a edição do projeto “Prata da Casa”, que objetiva valorizar os trabalhos criados pelos servidores da Assembleia Legislativa. “É um mais criativo do que o outro”,

disse Dilair Savi, durante a exposição, ao se referir aos produtos expostos pelos servidores, que iam desde guloseimas até tapetes de crochê, peças artesanais feitas a partir de materiais recicláveis.

Resistência – A tecnologia trouxe muitas modificações na vida das pessoas, muitas profissões ficaram ultrapassadas e até mesmo acabaram, ou foram substituídas, mas existem outras que permanecem mesmo com o passar dos anos e com toda inovação trazida pela tecnologia justamente por sua peculiaridade. Uma dessas profissões é a de artesão.

O principal motivo dessa profissão ainda existir, e com muita força, é em função da cultura de cada região, tanto em Mato Grosso, rico culturalmente, bem como no restante do país e em várias partes do mundo.

A palavra artesão significa “indivíduo que pratica arte ou ofício que depende de trabalhos manuais”. Isso quer dizer que qualquer peça produzida pelo artesão é única e foge de qualquer processo de produção em série realizado por indústrias.

AL planeja parceria para curso de pilotagem defensiva



Foto - Divulgação

Sandra Costa

Dados do Pronto Socorro Municipal de Cuiabá (PSMC) apontam uma média de 302 atendimentos às vítimas de acidentes com motocicletas, equivalente a 18% dos casos registrados no hospital. Os índices preocupam e a Assembleia Legislativa, por meio do Programa de Prevenção a Acidentes de Trânsito, coordenado pela Superintendência de Planejamento Estratégico, vai firmar uma parceria com o grupo Canopus/Motos Honda na realização de curso de pilotagem defensiva para os servidores da Casa.

Conforme o responsável pelo Programa de Prevenção a Acidentes de Trânsito, Eziarone Moreira dos Santos, essa parceria está na fase de discussão, mas o termo de cooperação técnica com o grupo Canopus deverá ser assinado ainda no primeiro semestre deste ano. “O objetivo é que os colaboradores que utilizam

moto para vir trabalhar possam participar desse curso, a fim de que possam se sensibilizar a fim de praticarem a pilotagem defensiva no trânsito”, destaca Eziarone.

O gerente de vendas do Grupo Canopus, Thiago Biazatti, explica que serão abertas 50 vagas, dividida em duas turmas e que vão utilizar a unidade móvel da Honda, denominada caminhão escola, numa parceria que já têm com o Centro de Treinamento da Honda. “Vamos oferecer curso de harmonia no trânsito e essa carreta escola tem toda uma estrutura com sala de videoconferência, data show, televisão, motos e demais equipamentos para a realização do curso de pilotagem defensiva. O nosso objetivo é sensibilizar os colaboradores das práticas defensivas de prevenção de acidentes de voltadas para motociclistas”, afirma Biazatti.

Para o superintendente do Planejamento Estratégico, professor Abílio Camilo Fernandes

Neto, são necessárias ações voltadas para motociclistas com o intuito de reduzir o número de acidentes com veículos de duas rodas. “Estamos também trabalhando na atualização da Cartilha de Prevenção a Acidentes e vamos também produzir uma cartilha específica para motos”, adianta o superintendente.

O servidor da Secretaria de Gestão de Pessoas, Edson José de Oliveira das Neves, 41 anos, mora no bairro Doutor Fábio, em Cuiabá, e há um ano deixou de vir trabalhar utilizando moto com medo de sofrer algum acidente. “Eu só vinha de moto porque é prático, econômico e rápido, mas de uns tempos para cá o trânsito ficou muito perigoso. Vi um acidente muito feio entre um motoqueiro e uma carreta na Avenida do Fórum, aqui próximo, e nem eram sete horas da manhã. Desse dia em diante, prefiro usar carro. Agora só uso a moto para ir ao sítio. Esse curso de pilotagem será bom. Se der, vou fazer”, conclui.

Servidores da AL participam de curso de Gestão de Processo no RN



Foto - Fablicio Rodrigues

Sandra Costa

Servidores do Planejamento Estratégico, do Espaço Cidadania, Ouvidoria e Defensoria Pública da Assembleia Legislativa participaram de um curso de Gestão de Processo no Serviço Público Business Process Manager (BPM). Com carga horária de 28 horas, o treinamento foi realizado na cidade de Natal, Capital do Rio Grande do Norte.

Responsável pelo Programa de Qualidade da Superintendência do Planejamento Estratégico, Clélia Maria de Oliveira, disse que o curso mostrou outra visão, de que após fazer todo o mapeamento, a simulação e o próprio fluxograma do processo, é preciso analisar a rotina. “Com esse curso, vimos que precisamos ter uma equipe de acompanhamento contínuo da gestão do processo. Sem falar que o apoio de todos os gestores das unidades administra-

tivas é essencial para o sucesso do trabalho”, afirma Clélia Maria.

A gerente do Espaço Cidadania, Yvone Bucci, participou do treinamento e afirma que todo produto ou serviço demanda um processo, sendo necessário ter objetivos e estratégias. “Assim, podemos customizar tempo, porque há etapas do processo que podem ser eliminadas. O curso foi muito bom. A gestão de processo é importante e permite que vejamos com mais clareza alguns gargalhos ou/e problemas”, pontua Yvonne.

Além de Yvone, participaram do curso Lídia Carneiro, Mara Quadros e Clélia Maria de Oliveira, do Programa Qualidade nos Serviços do Planejamento Estratégico; Jucileide Rodrigues Lessing, da Ouvidoria, e Robson Wesley Oliveira, da Defensoria Pública.

Projeto Gestão de Processos – Esse projeto na Assembleia Legislativa é ligado ao Pro-

grama de Qualidade da Superintendência do Planejamento Estratégico e tem a proposta de mapear todos os processos organizacionais, elaborar, padronizar e implantar os Manuais de Normas e Procedimentos em todas as unidades.

O Manual de Normas e Procedimentos apresenta aspectos normativos e conceituais dos processos organizacionais realizados no Poder Legislativo. Foi elaborado para auxiliar as unidades gerenciais na busca da simplificação dos processos e normas, de forma a proporcionar a melhoria da qualidade de seus serviços.

Na Assembleia Legislativa já foram concluídos manuais de sete unidades administrativas: Secretaria de Administração e Patrimônio, Cerimonial, Ouvidoria Geral, Instituto de Seguridade Social dos Servidores do Poder Legislativo (ISSSPL), Licitação, da Superintendência do Planejamento Estratégico e Escola do Legislativo.

Projeto 8s entregará plano de ação às unidades da AL



Márcia Martins

O Projeto 8s, organizado pela Superintendência de Planejamento Estratégico da Assembleia Legislativa, realizou, no dia três de abril, um seminário para entregar aos facilitadores do projeto o plano de ação a ser desenvolvido nas unidades do Parlamento estadual, no decorrer de 2014. Os 21 facilitadores de cada unidade também deverão apresentar relatório trimestral do andamento dos trabalhos que vêm realizando. Essa será a primeira reunião do ano, e a responsável pelo programa, Creuza Carmem da Silva, lembra que o projeto foi implantado há mais de um ano e é uma continui-

dade do 5s. “O projeto aumentou mais três censos e está indo muito bem, atingindo as metas”, declara.

Segundo Creuza, algumas unidades estão à frente, como a Procuradoria Geral, Instituto Memória, Escola do Legislativo, Gestão de Pessoas e Secretaria de Serviços Legislativos. “O projeto agrega qualidade de excelência no serviço público. Traz uma técnica que envolve ética profissional, influi no espaço físico, atenua a poluição visual e auditiva, e, além disso, é um exemplo de qualidade nos serviços”, completa Creuza.

Para o enfermeiro Márcio José Prieto Dutra, que trabalha no ambulatório, a capacitação é de suma importância. “Já descarta-

mos o que não é necessário, organizamos os materiais de urgência e emergência para garantir a excelência no atendimento. Procuramos aliar o conhecimento à prática e temos tido resultados positivos”, assinala o enfermeiro.

Projeto 8s – busca a excelência nos serviços prestados, com redução de custo e tempo a partir do planejamento. O objetivo é aperfeiçoar e dar continuidade aos cinco sentidos já existentes, que objetivam a mudança de hábitos e comportamentos, a partir da educação, qualificação e treinamento dos envolvidos no processo, sem a necessidade de investimentos tecnológicos e financeiros para colocá-lo em prática.

Dilair Savi recebe homenagem pela atuação como gestora social



Marcia Raquel

A coordenadora da Sala da Mulher, Dilair Savi, recebeu “Moção de Congratulação” pela atuação como gestora social. A homenagem foi entregue durante sessão solene requerida pelo deputado Antônio Azambuja (PP). O evento contou com a parceria da Associação das Primeiras Damas dos municípios do Estado de Mato Grosso (APDM).

“Fazemos o nosso trabalho não em busca

de homenagem, mas procurando levar o mínimo de cidadania para aquelas pessoas que estão em condições de vulnerabilidade e necessitam de apoio do poder público. Então, nos sentimos honradas porque a homenagem é uma forma de reconhecimento desse trabalho e também um estímulo para que continuemos a fazer cada vez mais em prol de quem realmente precisa de auxílio”, ponderou Dilair Savi.

Conforme Antônio Azambuja, o intuito

da ação foi também celebrar o mês da mulher. Nesse sentido, outras 142 gestoras sociais também receberam o reconhecimento dos relevantes trabalhos sociais prestados por meio da homenagem. A presidente da APDM, Ivone Latanzi Costa, ressaltou que, além de enaltecer as gestoras, o intuito do evento foi divulgar a 4ª edição da Campanha Março Sempre Mulher. Que reúne várias atividades direcionadas as mulheres em Mato Grosso.

Colônia de pescadores Z14 recebe mutirão da Sala da Mulher



Foto - Mario Friedlander

Joelma Pontes

A Sala da Mulher encerrou o mês de março, mês da mulher, com a realização de um mutirão da cidadania na Colônia de Pescadores Z14, em Várzea Grande. Mais de 80 famílias que enfrentam dificuldades no acesso a serviços, como emissão de documentos e outros procedimentos, foram beneficiadas. Segundo a coordenadora da Sala da Mulher, Dilair Savi, a definição do local e as atividades desenvolvidas partiram da comunidade Valo Verde.

“A Sala da Mulher esteve presente em nossa comunidade no final do ano passado, para fazer a doação de cestas básicas, o que muito nos alegrou. Para quem tem uma condição financeira boa isso não é nada, mas, para nós, uma cesta básica faz muita diferença. Só temos que agradecer o carinho conosco. E, como a dona Dilair sempre abriu as portas para o nosso povo, nós pedimos o apoio para fazer alguma ação ampla na comunidade”, disse a

presidente da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Valo Verde, Jucilene Rodrigues Nascimento.

Além da confecção de documentos, parceria com o Espaço Cidadão da Assembleia Legislativa e assessoria jurídica, a Sala da Mulher conta com o apoio de enfermeiros da Casa de Leis que proferiram palestra preventiva sobre a “Saúde da Mulher”, com o objetivo de conscientizar pessoas do sexo feminino sobre os cuidados com o próprio corpo. “Para nós foi uma honra receber esse pedido, e com tivemos um dia inteiro muito produtivo na comunidade”, disse Dilair.

A coordenadora da Sala da Mulher também destacou a importância de levar a essas mulheres, que reclamam da dificuldade do acesso à saúde pública, a orientação preventiva. “A exemplo disso temos a campanha ‘Se Toque’ que incentiva a mulher se autoexaminar e identificar qualquer situação de risco, bem como o uso correto do anticoncepcional, o

alerta para as doenças sexualmente transmissíveis e que podem ser evitadas através do uso de preservativos e outros assuntos”, alertou a coordenadora, ao destacar que a Sala não possui recursos financeiros, mas que o apoio dos parceiros faz com que as ações ganhem força.

Para o presidente da Colônia de Pescadores – Z14, Belmiro Lopes de Miranda, o trabalho social é sempre bem vindo à comunidade. “Nós procuramos a Sala da Mulher para agradecer pelo apoio que nos deu no ano passado e pelo que ainda estão fazendo por nossa comunidade. Essa ação foi de grande valia, principalmente, por se tratar de pessoas de baixa renda e que devido as condições financeiras acabam impossibilitados até mesmo de se deslocarem até o município mais próximo, ou à Capital, para resolver qualquer assunto, e a Sala da Mulher, estando conosco, vai facilitar a vida da nossa gente”, considerou Belmiro.

Cuiabá completa 295 anos e se prepara para o futuro



Fablicio Rodrigues

Foto - Fablicio Rodrigues

Sandra Costa

Às vésperas de entrar para história como uma das subsedes da Copa do Mundo em 2014, Cuiabá completou 295 anos de fundação na terça-feira, oito de abril. E a expectativa de melhorias é grande, já que a cidade virou um grande canteiro de obras. São estruturas como novos viadutos, trincheiras e a chegada do Veículo Leve sobre os Trilhos (VLT), que vão trazer modernidade para a Capital mato-grossense.

A servidora de gabinete na Assembleia Legislativa, Geciane Leonel, de 22 anos, veio de Colíder, interior de Mato Grosso, há seis anos e já adotou Cuiabá como a cidade natal. “Por mais que tenha vários problemas é uma capital que ainda vai crescer muito. Hoje está complicado andar por Cuiabá devido as obras da copa, mas será para melhorias futuras. Gosto muito daqui”, declara Geciane.

Cuiabano de ‘tchapa e cruz’, Bento Prado Gonçalves trabalha na Copa do Poder Legislativo, tem 38 anos e nasceu na região do

tradicional Bairro Dom Aquino. No sotaque, leva a marca da terra e, no coração, o orgulho de ser filho de Cuiabá. “Meu pai é de Barão de Melgaço e mamãe nasceu em Rosário Oeste, mas vieram morar em Cuiabá, minha linda cidade. Nos últimos dez anos a capital mato-grossense mudou muito com relação à infraestrutura urbana. Não penso sair daqui porque há potencial de crescimento, mas não podemos perder o foco do planejamento. Os governantes têm que pensar nisso”, pondera Bento.